



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JORGE BARBOSA GOMES DE ANDRADE

O VIGÁRIO JÚLIO DE ITAMBÉ:

Trajetória do Monsenhor Júlio Maria do Rego Barros no município de Itambé – PE
(1888-1942)

JOÃO PESSOA

2021

JORGE BARBOSA GOMES DE ANDRADE

O VIGÁRIO JÚLIO DE ITAMBÉ:

Trajetória do Monsenhor Júlio Maria do Rego Barros no município de Itambé – PE
(1888-1942)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Damião de Lima.

JOÃO PESSOA

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553v Andrade, Jorge Barbosa Gomes de.

O vigário Júlio de Itambé: trajetória do Monsenhor Júlio Maria do Rego Barros no município de Itambé - PE (1888-1942) / Jorge Barbosa Gomes de Andrade. - João Pessoa, 2021.

93 f. : il.

Orientador: Damião de Lima.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2021.

1. História - Igreja Católica - Itambé (PE). 2. Barros, Júlio Maria do Rego - Biografia. 3. Itambé (Pernambuco) - História. I. Lima, Damião de. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 930:282(813.4Itambé)

JORGE BARBOSA GOMES DE ANDRADE

O VIGÁRIO JÚLIO DE ITAMBÉ:

Trajectoria do Monsenhor Júlio Maria do Rego Barros no município de Itambé – PE
(1888-1942)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Resultado: Aprovado Nota: 10,0 (Dez)

João Pessoa, 15 de julho de 2021.

Banca Examinadora

Nota: 10,0 (Dez)

Prof. Dr. Damião de Lima
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
(Orientador)

[NOTA: DEZ]

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
(Avaliador)

(Nota 10,0 – Dez)

Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
(Avaliador)

Dedico este trabalho aos meus familiares. De modo especial, à minha esposa, Edvânia Gomes de Andrade Barbosa, e à minha filha, Kevelin Barbosa Gomes de Andrade, pelo apoio e suporte ao longo de todo o curso.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não seria possível sem a colaboração de algumas pessoas, as quais não poderiam lhes faltar um agradecimento especial.

Agradeço a Deus, em nome de Jesus e pela intercessão da Virgem Maria, pelo dom da vida e pela saúde, permitindo-me vivenciar momentos de grande aprendizado e sendo o meu refúgio e fortaleza nos momentos de dificuldades.

Agradeço aos meus familiares: meu pai, Severino Barbosa da Silva (*in memoriam*), minha mãe, Maria da Penha da Silva, meus irmãos e irmã, sobrinha e, de modo especial, agradeço à minha esposa Edvânia e minha filha Kevelin que, juntamente com os demais, apoiaram-me na decisão de retomar os estudos e ingressar na universidade. Além disso, de forma corajosa, minha esposa e minha filha, dedicaram um maior esforço, abdicando, em diversas ocasiões, de minha presença no convívio familiar, para que eu pudesse realizar o meu sonho acadêmico.

Agradeço aos responsáveis pelo acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé, que tanto me auxiliaram na consulta ao arquivo paroquial. À secretária paroquial, Edvânia Gomes de Andrade Barbosa e aos padres Genilson de Sousa Silva e Antônio Inácio Pereira – párocos da referida paróquia, durante o período das pesquisas – meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à professora Meriluce Pereira Maciel, pelo incentivo às pesquisas sobre a vida do monsenhor Júlio Maria e por disponibilizar seu trabalho de especialização no Ensino de História, realizado coletivamente, como fonte para esta pesquisa, o qual está devidamente referenciado na bibliografia deste trabalho.

Agradeço também a todos os meus professores, desde a educação infantil até o ensino superior. Aproveitando a oportunidade, para registrar o meu agradecimento aos professores Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Paulo Giovani Antonino Nunes e Telma Cristina Delgado Dias Fernandes, que me ajudaram grandemente, disponibilizando alguns materiais bibliográficos, que contribuíram de forma significativa para a produção deste trabalho.

Por fim, de modo especial, minha gratidão a meu orientador, o professor Damião de Lima que, de forma amigável, tranquila e profissional, me incentivou e me direcionou durante todo o tempo de elaboração deste trabalho.

A todos, muito obrigado.

RESUMO

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica no Brasil promoveu várias reformas que refletiram diretamente na figura dos párocos e em seus trabalhos nas igrejas locais. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória do padre Júlio Maria do Rego Barros, membro da aristocracia rural de Pernambuco, no município de Itambé PE, entre os anos de 1888 e 1942, conhecendo a relação do catolicismo com a comunidade local, identificando as origens aristocratas do clérigo e analisando a sua atuação na paróquia de Nossa Senhora do Desterro. Para tanto, realizou-se uma pesquisa básica exploratória, utilizando-se do método histórico, para uma análise qualitativa de fontes documentais e bibliográficas, que evidenciam, dentro do projeto de mudanças estabelecido pela Igreja Católica, a atuação e relevância do sacerdote na comunidade itambeense. Assim, este trabalho apresenta importantes contribuições para o estudo da história religiosa na região, para a história social e para a história local.

Palavras-chave: História local; Igreja Católica; Romanização; Itambé; Padre Júlio Maria.

ABSTRACT

Between the end of the 19th century and the first decades of the 20th century, the Catholic Church in Brazil promoted several reforms that directly reflected on the figure of parish priests and on their work in local churches. Therefore, this term paper has the aim of analyze the trajectory of *Julio Maria do Rego Barros*, member of the rural aristocracy in the city of Itambé-PE between 1888 and 1942, knowing the relationship of Catholicism with the local community, identifying the aristocratic origins of this cleric and analyzing his acting in the parish of *Nossa Senhora do Desterro*. To get this aim, a basic exploratory research was carried out, using the historical method, for a qualitative analysis of documentary and bibliographic sources, which show the role and relevance of this priest, within the project of changes, established by the Catholic Church in the community of Itambé. Thus, this work presents important contributions to the study of religious history, of social history and of local history on the region.

Keywords: Local history; Catholic Church; Romanization; Itambe; Priest Julio Maria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA

Fotografia 1 – Quadro do vigário Júlio Maria, presente do Apostolado da Oração em 1929 ..54

MAPA

Mapa 1 – Mapa da área territorial do município de Itambé - PE20

ORGANOGRAMA

Organograma 1 – Família de João Joaquim da Cunha do Rego Barros e Manoela de Castro
Caldas29

QUADROS

Quadro 1 – Devoções, Serviços e Confrarias da paróquia Nossa Senhora do Desterro de
Itambé entre 1889-1918 (continua)24

Quadro 1 – Devoções, Serviços e Confrarias da paróquia Nossa Senhora do Desterro de
Itambé entre 1889-1918 (conclusão)25

Quadro 2 – Negociações e aplicações do patrimônio da paróquia de Itambé - 1888-1918
(continua).....46

Quadro 2 – Negociações e aplicações do patrimônio da paróquia de Itambé - 1888-1918
(continuação)47

Quadro 2 – Negociações e aplicações do patrimônio da paróquia de Itambé - 1888-1918
(conclusão).....48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censo do município de Itambé PE – por religião – 2010.....	16
Tabela 2 – Resultado da eleição para deputado provincial em Pernambuco (4º Distrito) – 1885	34
Tabela 3 – Resultado da eleição para deputado provincial em Pernambuco (4º Distrito) – 1887	36
Tabela 4 – Movimento dos serviços religiosos na paróquia Nossa Senhora do Desterro de Itambé - PE – 1918-1925.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AO	Apostolado da Oração
AOR	Arquidiocese de Olinda e Recife
APEJE	Arquivo Público Estadual João Emerenciano
ASP	Arquidiocese de São Paulo
BN	Biblioteca Nacional
CDC	Código de Direito Canônico
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
CIC	Catecismo da Igreja Católica
DG	Diocese de Garanhuns
DN	Diocese de Nazaré
DSI	Doutrina Social da Igreja
Fr.	Frei
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEC	Liga Eleitoral Católica
O. Carm.	Ordem dos Carmelitas (Ordem religiosa católica)
O.C.D.	Ordem dos Carmelitas Descalços (Ordem religiosa católica)
OFM Cap.	Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (Ordem religiosa católica)
PB	Estado da Paraíba
PE	Estado de Pernambuco
Pe.	Padre
PNSD	Paróquia Nossa Senhora do Desterro/Itambé – PE
SCJ	Congregação do Sagrado Coração de Jesus (Dehonianos)
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
v	Verso da página

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O CATOLICISMO NA COMUNIDADE DE ITAMBÉ	15
3 A GÊNESE ARISTOCRATA E POLÍTICA DO NOVO VIGÁRIO DE ITAMBÉ	28
4 O BOM PÁROCO DE ITAMBÉ: A ATUAÇÃO DO PADRE JÚLIO MARIA ENTRE OS ANOS DE 1888 E 1918	40
5 UM TEMPO DE MUDANÇAS: A ATUAÇÃO DO PADRE JÚLIO MARIA ENTRE OS ANOS DE 1918 E 1932	53
6 UM OCASO NATURAL: A ATUAÇÃO DO PADRE JÚLIO MARIA ENTRE OS ANOS DE 1932 E 1942	63
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – Ruínas da antiga Capela de Nossa Senhora do Desterro	87
APÊNDICE B – Monumento Cruzeiro, abençoado pelo padre Júlio Maria em 1897	88
ANEXO A – Hospital São Vicente de Paulo	89
ANEXO B – Monsenhor Júlio Maria em sua residência.....	90
ANEXO C – Monsenhor Júlio Maria junto aos fiéis.....	91
ANEXO D – Monumento de Jesus Redentor em Itambé PE	92
ANEXO E – Monumento em honra à Imaculada Conceição de Maria em Itambé PE.....	93

1 INTRODUÇÃO

Cada comunidade¹ possui alguns hábitos e costumes que revelam, de algum modo, características de sua dinâmica social. Entre alguns grupos de católicos da cidade de Itambé, é comum a formação de rodas de conversa após a celebração das missas dominicais, que resultam em momentos de descontração, oportunizando debates sobre diversos assuntos.

Foi em um desses momentos, conversando acerca do catolicismo na comunidade, que pude perceber que a maioria dos integrantes daquela reunião, não tinham conhecimento sobre a história da religiosidade católica na sociedade itambeense², muito menos sobre a história do próprio município, com exceção de alguns, que a relacionavam, tão somente, ao tema da maçonaria e o Areópago de Itambé³.

Esse episódio, inquietou-me de tal maneira que comecei, ainda que esporadicamente, a procurar trabalhos que dissertassem sobre a história da Igreja Católica em Itambé.

Para minha surpresa, constatei um problema ainda mais grave: o pequeno número de trabalhos historiográficos sobre a história do município, que em sua maioria – realizados por não historiadores – estavam voltados para a atuação da maçonaria na comunidade.

Isto posto, comecei a procurar, com maior atenção, fontes que apresentassem informações a respeito do catolicismo no município de Itambé, o que me levou a identificar, naquela localidade, a existência de alguns prédios e espaços públicos como escola, rua e praça com o nome do padre Monsenhor Júlio Maria.

Além desses ambientes, constatei a presença de certos monumentos arquitetônicos, erguidos por volta do início do século XX, apontados por populares como que construídos por meio da gerência do mesmo clérigo, enquanto pároco da cidade de Itambé.

Embora a atribuição de seu nome aos espaços públicos, acima citados, demonstre um certo reconhecimento por parte da população local, observei, entre os moradores mais idosos da comunidade, que o diálogo – sobre a vida do clérigo no município – é permeado por um clima de embaraço e receio, gerando a impressão da existência de restrições sobre alguns assuntos relacionados à história do religioso naquela localidade. Aparentemente, pode-se falar do padre, mas não tudo.

¹ Conjunto de pessoas que habitam uma mesma área territorial.

² Gentílico utilizado para as pessoas nascidas ou que residem no município de Itambé-PE.

³ É uma loja maçônica, considerada por muitos estudiosos como a primeira a ser fundada na América portuguesa.

Esse fato, levou-me a buscar maiores informações sobre a vida do sacerdote na comunidade itambeense, onde me deparei, dessa vez, com a limitada bibliografia sobre o padre Júlio Maria do Rego Barros.

Diante desse problema, percebi a necessidade da produção de um maior número de obras historiográficas a respeito de uma história local, e me dispus a elaborar um trabalho que cooperasse para o crescimento dessa produção historiográfica.

Dessa forma, a partir de uma pesquisa básica, com objetivo de caráter exploratório e uma abordagem qualitativa de fontes documentais e bibliográficas, utilizando-se do método histórico; busca-se, neste trabalho, analisar a trajetória do Monsenhor Júlio Maria no município de Itambé, entre os anos de 1888 e 1942.

Assim, utilizando-se de uma abordagem biográfica baseada no modelo sistemático apresentado por Giovanni Levi (2006), em que a biografia histórica é estruturada a partir da articulação entre a história individual e o contexto em que o biografado esteve inserido, este trabalho foi dividido em cinco capítulos que dissertam sobre aspectos relevantes da passagem do Monsenhor naquele município.

No primeiro capítulo, articulando documentos físicos, do arquivo paroquial de Itambé; e digitais, do Arquivo Público Estadual João Emerenciano e do arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, aborda-se a relação e a influência do catolicismo na comunidade itambeense, identificada ao longo da história do município, e apresenta-se o cenário paroquial de Itambé, no último quarto do século XIX.

No segundo capítulo, apoiando-se em algumas raras biografias do religioso e algumas publicações de jornais, encontradas em arquivos digitais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, são apresentadas a origem aristocrática e política do Monsenhor Júlio Maria, a sua participação na Assembleia Provincial de Pernambuco e alguns trabalhos eclesiásticos, exercidos pelo sacerdote antes de sua chegada ao município de Itambé.

No terceiro capítulo, faz-se uma análise da atuação político-administrativa do então padre Júlio Maria na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé, entre os anos de 1888 e 1918. Para tanto, são utilizadas algumas fontes documentais, como o livro de tomo paroquial e publicações de jornais da época, encontradas no acervo digital da Companhia Editora de Pernambuco e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e obras bibliográficas a respeito do catolicismo no Brasil.

No quarto capítulo, identifica-se as principais ações do padre Júlio Maria na paróquia, entre os anos de 1918 e 1932, num período de muitas mudanças para a comunidade local e para o próprio pároco. Nesse capítulo, também se utiliza como fonte, o livro de tomo da

paróquia, juntamente com algumas informações encontradas no site do Vaticano e em uma biografia do sacerdote.

No quinto capítulo, estuda-se a atuação do então Monsenhor Júlio Maria na paróquia de Itambé e os reflexos de sua administração paroquial na sociedade itambeense e na própria Igreja Católica, entre os anos de 1932 e 1942. Para isso, a base de informações, continua sendo o livro de tomo paroquial e uma das poucas biografias do religioso, cuja articulação acaba por revelar detalhes dos últimos anos da trajetória do sacerdote na comunidade.

A divisão cronológica e a definição desses recortes temporais: 1888-1918, 1918-1932 e 1932-1942, em que se desenvolvem os capítulos três, quatro e cinco, respectivamente, foi estabelecida por se compreender, após as pesquisas, que cada um desses períodos representam uma fase distinta da trajetória do clérigo na localidade, possuindo, cada uma delas, características e desdobramentos específicos, o que justifica, para uma melhor compreensão, a necessidade dessa divisão.

Ao término deste trabalho, evidencia-se a significância da figura do Monsenhor Júlio Maria para o município de Itambé e a relevância desta biografia histórica do sacerdote para a história religiosa da região, por revelar a sua atuação na paróquia de Itambé; para a história social e política, por abordar a sua vida e suas raízes aristocráticas, e para a história local, por apresentar as condições sociais da população de Itambé entre os anos de 1888 e 1942.

2 O CATOLICISMO NA COMUNIDADE DE ITAMBÉ

Antes de analisarmos, de modo mais direto e preciso, a trajetória do padre Monsenhor Júlio Maria do Rego Barros no município de Itambé – PE, onde o mesmo desempenhou a função de vigário colado⁴ entre os anos de 1888 e 1942, faz-se necessário conhecermos alguns detalhes da história daquela comunidade. O intuito para tal exercício não é o de apenas termos conhecimento a respeito de simples curiosidades locais, mas de dispormos de algumas informações que nos ajudem na análise e compreensão do nosso objeto de estudo.

Localizado na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, mais precisamente na região fronteiriça entre esse e o Estado da Paraíba, distante aproximadamente 88 km da cidade do Recife e 54 km da cidade de João Pessoa, o município de Itambé é sempre lembrado como o palco da primeira loja maçônica em território colonial português na América, o Areópago de Itambé (1796).

Fundado por Manuel Arruda da Câmara (1752-1810)⁵, o Areópago de Itambé é compreendido por muitos estudiosos como um espaço de discussões e de ideias liberais maçônicas que influenciaram, *a posteriori*, alguns movimentos de caráter liberal na região, como a Conspiração dos Suassunas (1801)⁶. Contudo, o município carrega em sua história diversas outras particularidades também constituídas de complexidade e relevância.

Entre tantos aspectos existentes, uma questão pode nos ajudar na identificação de elementos que revelem características dessa comunidade, de modo a favorecer a análise da trajetória do nosso biografado: a relação e a influência da religião Católica Romana, junto à comunidade itambeense.

Segundo dados do último Censo, realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Itambé é constituído por uma população de 35.398 pessoas (de acordo com o mesmo órgão, a população estimada em 2020 já era de

⁴ Os vigários colados ou também conhecidos como padres colados eram sacerdotes católicos designados para assumir, de modo permanente, uma paróquia.

⁵ De acordo com a Fundação Biblioteca Nacional (2021), foi um padre e botânico, nascido na cidade de Pombal, sertão do Estado da Paraíba, em 1756. Idealista e de espírito revolucionário, fundou o Areópago de Itambé, sociedade maçônica que abrigava intelectuais da Paraíba e de Pernambuco e que, mais tarde, tramariam a Revolução de 1817. Faleceu em Itamaracá, Estado de Pernambuco, em 1810. Foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Recife.

⁶ Essa Conspiração ocorreu na cidade de Olinda em 1801, onde um grupo de pessoas da elite pernambucana, inspirados pelos ideais republicanos, discutiam e organizavam um plano de ação, visando a emancipação da então Província de Pernambuco em relação a Portugal. Mas a revolta não chegou a acontecer, pois algum membro do grupo delatou o movimento às autoridades, o que resultou na prisão de seus líderes. Foi instaurado um processo. Contudo, não havendo provas concretas de traição, os acusados foram soltos.

36.471 pessoas), sendo sua maioria autodenominada católica, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Censo do município de Itambé PE – por religião – 2010

Religião	Nº de participantes (autodenominados)	Representação em (%)
Católica Apostólica Romana	27.618	78,01
Evangélica	4.406	12,47
Sem Religião	2.816	7,97
Testemunhas de Jeová	156	0,44
Espírita	130	0,36
Católica Ortodoxa	97	0,27
Umbanda e/ou Candomblé	11	0,03
Outras religiões cristãs	7	0,01
Não sabe	157	0,44
Total	35.398	

Fonte: elaborada com base em IBGE (2010).

Esses números corroboram a ideia de um forte prestígio do Catolicismo Romano na comunidade, mesmo havendo recentemente alterações desse quadro, mediante um considerável crescimento do segmento protestante, refletindo localmente o que ocorre no cenário nacional.

Esse predomínio católico, expresso através de hábitos e costumes locais, não se restringe ao cenário atual, mas acompanha essa sociedade ao longo do tempo, bem como a diversas outras comunidades de características similares na região, e é possível de ser identificado desde os primórdios da então Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do També, estabelecida em 1679 por Dom Estêvão Brioso de Figueiredo⁷, na ocasião, bispo da recém criada Diocese de Olinda (1676).

Vale salientar que esta afirmação não nega a existência de mudanças de hábitos e costumes na sociedade ao longo do tempo. Pelo contrário, elas existem e revelam as particularidades locais e de cada período da história. O que se apresenta com essa constatação é o fato da existência de uma aparente estabilidade em relação ao prestígio e autoridade do Catolicismo Romano na localidade.

⁷ Prelado português, sagrado primeiro bispo da diocese de Olinda (1677-1683). Como nos apresenta Alencar (1864, p. 153-155), nasceu na cidade portuguesa de Évora em 1630 e faleceu na cidade de Funchal, na Ilha da Madeira, em 1689, onde exerceu a função de bispo daquela região (1683-1689).

Tendo assim conhecimento desse dado, partimos em busca das respostas sobre essa relação, de modo a conhecermos a sociedade em que o nosso biografado esteve inserido enquanto vigário paroquial. Para tanto, é preciso direcionar o nosso olhar para um período mais longínquo da história do município de Itambé – PE.

Analisando algumas fontes relativas à formação da comunidade itambeense, foram coletados dados que nos revelam traços sociais bastante interessantes.

Tendo a sua origem vinculada à expansão da economia canavieira no norte da Capitania de Pernambuco e à edificação de uma pequena capela em honra a Nossa Senhora do Desterro – construída inicialmente de madeira e barro durante o século XVII a pedido de André Vidal de Negreiros⁸, um dos líderes militares luso-brasileiros durante a Insurreição Pernambucana e grande proprietário de terras na região, sendo elevada posteriormente à categoria de Igreja Paroquial Colada⁹ – essa sociedade conquistou certa autonomia em relação aos trabalhos eclesiásticos que, até aquele momento, estavam sob a gerência da igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Goiana – PE, como se tem conhecimento a partir da cópia da provisão eclesiástica assinada pelo Bispo Dom Estêvão Brioso de Figueiredo, datada de dois de janeiro de 1679:

Faço saber que havendo respeito ao que por sua petição me representou o Governador André Vidal de Negreiros e a informação de consentimento do novo Vigário da Igreja de Goianna, e considerando a distancia que há e a dificuldade de passar o rio no inverno para os fregueses moradores no També e Destricto da Capella de Nossa Senhora do Desterro, pudesem acudir a sua Matriz e buscar os Sacramentos da Igreja; a que tudo sito e considerado perfeito bem, em visita que fizemos na quella Freguesia, me pareceu conveniente ao Serviço de Deus e bem da aquellas almas, erigir como pela presente erigimos em Capella Curada a dita Capella de Nossa Senhora do Desterro e c/ autoritate ordinária, separamos, dividimos e desmembramos a referida Capella da mencioanada Matriz a que antes pertencia, e a fasmus Igreja Parochial Curata; e damos licença e poder a todos os seus fregueses para que n'ella possamos receber os Sacramentos e interessar-se, e faserem mais funções da Capella Curata e Igreja Parochial, [...] Pelo que mandamos em virtude da Santa obediencia, a todos os moradores acima dito que, d'aque em diante hajam e conheçam a dita Capella de Nossa Senhora do Desterro por sua Matriz e nella acudam a buscar os Sacramentos com os direitos Parochiaes; e o novo Vigario de Goianna que não se intrometta mais na dita Igreja, por quanto na presente a haverem por desmembrada da sua, isenta de toda superioridade que nella tinha, por acharmos em visita ser assim serviço de Deus e desencargo de nossa consciência. [...]. (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 95v-96).

⁸ Um dos líderes revoltosos contra a ocupação holandesa da região Nordeste, na América Portuguesa, durante o período colonial. Foi governador das Capitanias do Maranhão e do Grão-Pará (1655-1656), da Capitania de Pernambuco (1657-1661), de Angola (1661-1666) e novamente de Pernambuco (1667).

⁹ As paróquias coladas eram estabelecidas e financiadas pelo padroado. Esse título indicava o reconhecimento por parte das autoridades coloniais e pela Coroa, o que consolidava o direito de ocupação e de certa representatividade econômica ou política.

Considerando os padrões relacionados às práticas religiosas do período, podemos afirmar que essa sociedade se estabeleceu, ao longo do tempo, dentro de uma dinâmica social ordinária, caracterizada pela promoção de diversos hábitos e costumes influenciados pela experiência de um catolicismo popular¹⁰.

Em outra fonte, cuja principal característica é a catalogação de dados sobre a região, em particular da Província de Pernambuco, encontramos informações sobre a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do També, datadas do ano de 1777. Segundo ela, naquele período, a comunidade era constituída por 712 fogos, ou seja, núcleos familiares que juntos totalizavam o número de 2.368 pessoas que, considerando a extensa área territorial da freguesia, provavelmente não viviam em um único núcleo populacional (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1918, p. 25). Todavia, tendo em conta as condutas sociais do período – mesmo observando as especificidades relacionadas à população indígena e negra escravizada desde o período colonial – a capela de Nossa Senhora do Desterro, igreja matriz da comunidade, veio, ao longo do tempo, tornar-se um importante espaço agregador, não limitando-se ao âmbito religioso, mas alcançando outras áreas da vida social, exatamente por sua importância para a dinâmica social da referida freguesia.

Em outras palavras, a Capela de Nossa Senhora do Desterro tornou-se um local de assistência não apenas espiritual, mas também material, resultando na formação e definição da referida localidade a partir da construção de moradias no seu entorno.

A legitimidade político-administrativa do povoamento se deu por meio da criação da freguesia e a capela, nesse processo, teve um lugar de destaque junto à comunidade exatamente por viabilizar o reconhecimento – por parte das autoridades responsáveis – daquela comunidade, como uma unidade eclesiástica e administrativa legalizada e ligada ao próprio Estado.

Desse modo, o reconhecimento do povoado esteve vinculado à presença da Igreja Católica no local, ao mesmo tempo em que a própria comunidade expressava o papel desempenhado pela Igreja no processo de colonização da região.

Durante o século XVIII e quase todo o século XIX, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do També encontrou-se vinculada ao termo de Goiana e esteve inserida dentro do quadro de transformações políticas e administrativas da época.

¹⁰ É um modelo de vivência do catolicismo trazido para o Brasil por portugueses das classes mais pobres, a partir do período da colonização. Essa prática é também conhecida como catolicismo tradicional popular e tem, como uma de suas principais características, um forte elemento devocional.

É justamente durante o período oitocentista, que aquela comunidade passou por algumas mudanças importantes em sua história.

Uma dessas modificações, foi a troca do topônimo da freguesia, deixando-se de utilizar, nos documentos da época, o termo També para se fazer uso do vocábulo Itambé.¹¹

Outra mudança nesse período, foi a migração daquela população, saindo da antiga localidade para a área territorial onde, hoje, encontra-se o centro administrativo do município de Itambé. Esse acontecimento é relevante porque está relacionado à transferência de dois importantes órgãos para a população daquela localidade.

A primeira transferência é a da sede da freguesia, localizada até então no povoamento de Nossa Senhora do Desterro de Itambé. O novo local escolhido para o órgão foi um pequeno povoado vizinho, conhecido como Pedras de Fogo.

A outra transferência é a da igreja matriz da comunidade que, como vimos, desde a fundação da freguesia esteve estabelecida na capela de Nossa Senhora do Desterro. A nova igreja matriz era um templo católico, construído no povoado de Pedras de Fogo – recém elevado à categoria de sede da freguesia – e tratava-se de uma capela auxiliar, erguida em honra a Santo Antônio, cujo início das obras são datadas de 10 de outubro de 1832, por ordem do Capitão Pedro da Cunha de Andrade¹² (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 68).

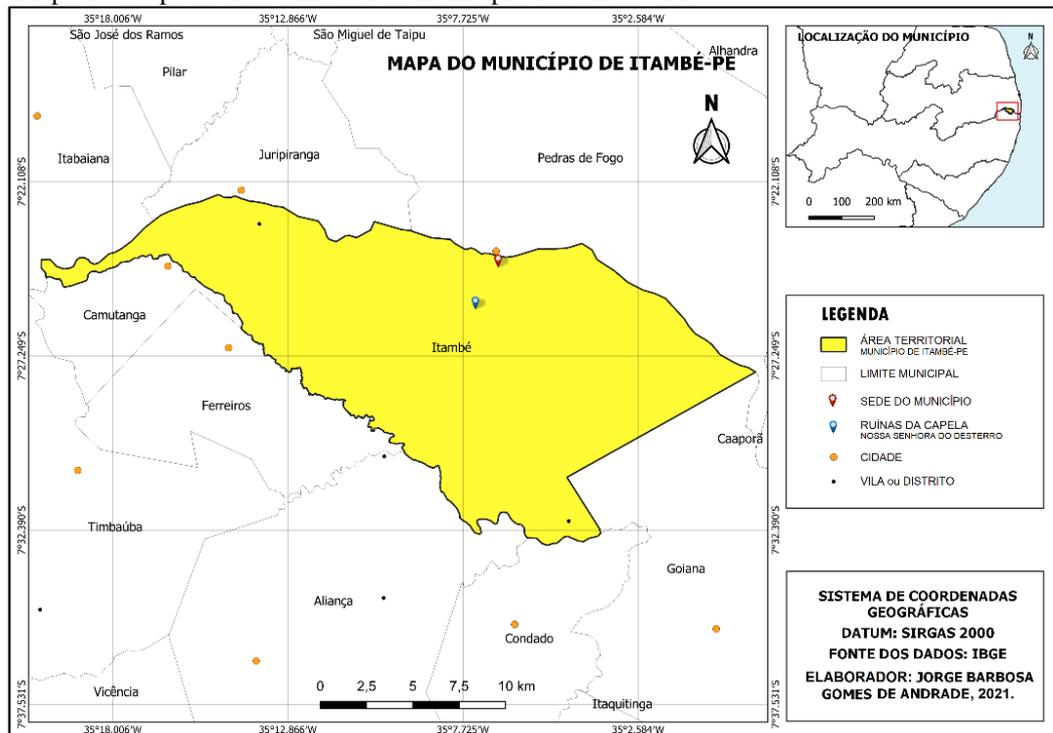
É importante destacar que a Pedras de Fogo, aqui mencionada, diz respeito à área mais antiga do atual município de Itambé e não ao território da contemporânea cidade de Pedras de Fogo – PB, com exceção do espaço mais antigo do centro comercial da cidade paraibana, onde hoje encontra-se o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, algumas habitações e prédios comerciais.

¹¹ Não se conhecem os reais motivos que levaram à mudança do nome do povoado, durante o período mencionado no texto acima. No entanto, há uma hipótese – defendida por populares – em que se acredita ter ocorrido, no período, um interesse por parte das autoridades, de se fazer um registro escrito mais preciso da língua dos povos nativos, da qual se origina a palavra Itambé. A mudança do topônimo da cidade ocorreu outras vezes ao longo do século XX. Em nove de dezembro de 1938, por meio do Decreto-Lei Estadual 235, o nome do município voltou a ser També – possivelmente motivado pelo desejo de resgate do nome primitivo da comunidade. Contudo, em dois de dezembro de 1975, através da Lei Estadual 7006, o município passou por mais uma modificação em seu topônimo, voltando a denominar-se Itambé.

¹² Ainda hoje, há um debate entre a população católica local, especialmente entre os fiéis mais idosos, sobre o modo como as pessoas deveriam se referir ao mencionar a igreja matriz da cidade. Alguns dizem que o templo deve ser chamado de Igreja de Santo Antônio e não Matriz de Nossa Senhora do Desterro, como recomenda a própria Igreja Católica. O curioso é que se ouve comentários leigos do nível: “tomaram a igreja de Santo Antônio e deram para Nossa Senhora”, atribuindo a culpa, ainda que de modo sutil, aos clérigos da época pelo evento ocorrido.

Sendo mais preciso, até meados do século XIX, a população da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé manteve-se estabelecida na região conhecida como Monge¹³, onde foi erguida a capela de Nossa Senhora do Desterro – distante aproximadamente 5 km da atual sede do município, como podemos observar no mapa a seguir:

Mapa 1 – Mapa da área territorial do município de Itambé - PE



Fonte: elaborado com base em IBGE Geociências (2017).

Nota: elaborado através do *software* QGis versão 3.16.

Foi somente a partir da segunda metade oitocentista que a comunidade daquela freguesia migrou para o território atual que, no período, já comportava um pequeno núcleo populacional denominado povoado de Pedras de Fogo, que se tornara um importante e bem localizado ponto de parada para o descanso de animais e seus proprietários, vindos do sertão com destino a feira de gado de Goiana – PE.

É nesse novo lugar, posteriormente objeto de discussões devido a busca de uma definição mais precisa dos limites territoriais entre as Províncias de Pernambuco e da Paraíba – tema discutido por Chaves Júnior (2017) e que resultou na divisão do povoamento em duas

¹³ Zona rural do município de Itambé – PE. Fica a uma distância de aproximadamente 5 km da sede do município. É nesse local que se encontram as ruínas da antiga capela de Nossa Senhora do Desterro (APÊNDICE A), erguida a pedido de André Vidal de Negreiros, um dos líderes militares durante a Insurreição Pernambucana ocorrida no século XVII. Atualmente, essa área pertence a particulares. Ainda assim, há todos os anos, dentro das festividades em honra à padroeira da cidade, uma peregrinação ao local, realizada pelos fiéis, seguida de uma procissão, saindo da localidade em direção à Igreja matriz da cidade.

comunidades – que se estabeleceu, mais tarde, as cidades irmãs de Itambé, Pernambuco, e Pedras de Fogo, Paraíba.

Vale salientar que, provavelmente, esse não foi o único motivo para tão grande mudança. Contudo, esse fato nos evidencia o surgimento de transformações significativas na região e nos auxilia na descrição da relação entre a Igreja Católica e a população local nos anos subsequentes à migração.

Oficialmente, a transferência da sede teve início com a desanexação da freguesia de Nossa Senhora do Desterro da comarca de Goiana e a formação do novo termo e comarca em 20 de maio 1867 por meio da Lei Provincial n. 720 que determinava:

[...] Art. 4º Ficam desanexadas da comarca de Nazareth a freguezia de S. Vicente, e da de Goyanna a freguezia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé, as quaes formarão um novo termo e comarca, com a denominação de Itambé. Art. 5º A sede do termo de Itambé será na povoação de Pedras de Fogo, que para isso fica elevada a cathegoria de villa. [...]. (PERNAMBUCO, 1867, p. 13-14).

A confirmação dessa transferência se deu através da Lei Provincial n. 1055 de seis de junho de 1872 na qual se lê:

O Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, commendador da Imperial ordem da Rosa e vice-presidente da província de Pernambuco: Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte: Art. Único. Fica transferida da povoação de N. S. do Desterro a sede da freguezia de Itambé para a villa deste nome, ficando servindo de matriz a igreja de Santo Antonio. Revogadas as disposições em contrario. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente resolução pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. [...]. (PERNAMBUCO, 1872, p. 21-22).

Mas foi através do cruzamento desses documentos com outras fontes que se identificou um fenômeno bastante curioso. Os primeiros anos, após as transferências da sede político-administrativa e da matriz daquela comunidade, foram marcados por uma aparente diminuição da devoção religiosa, centrada na figura de sua padroeira e da antiga igreja de Nossa Senhora do Desterro.

Devido à falta de documentação, não conseguimos identificar os reais motivos que provocaram esse quadro. Porém, a confirmação dessa perspectiva se deu exatamente pelo registro de uma reforma na primitiva capela que, de acordo com o registro no Livro de Tombo volume 1 (1888-1918, p. 62v), da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé, custou

pouco mais de novecentos e setenta e nove mil réis¹⁴ e, como se observa em outro texto da mesma fonte paroquial, foi realizada por iniciativa de populares.

Nos trese de Agosto de mil oito centos noventa e dois, por iniciativa do povo dirigido por Joaquim José Rodrigues de Paiva morador n' esta freguezia, iniciado por pessoas de boa vontade começou a reconstrução da capella de Nossa Senhora do Desterro (antiga matriz). Foi demolida a capella mor e continuarão os trabalhos. E para constar fiz esse termo que assigno. Itambé, 14 de Agosto de 1892. Vigario Julio Maria do Rego Barros. (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 61-61v).

Outro escrito que reitera a nossa interpretação é o registro da realização da festa da padroeira no ano de 1894.

Aos 2 de Fevereiro de 1894 teve lugar nesta cidade a festa solemne da padroeira da Freguezia, Nossa Senhora do Desterro, 1ª depois que a matriz foi transferida da antiga Igreja do Desterro para a capella de S. Antonio, d'esta cidade. Determinei, atendendo as circunstancias de não ter dia fixo a referida festa, o dia 2 de Fevereiro para a solenidade de todos os anos (Orago da padroeira). E para constar fiz este assunto que assigno. Itambé 14 de Fevereiro de 1894. (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 67).

Esse documento, demonstra a ausência das festividades religiosas relacionadas à padroeira da freguesia, desde a transferência de sua matriz da antiga capela para a nova igreja (igreja de Santo Antônio), fato que corresponde a um período superior a duas décadas. Confrontando esta fonte com o documento anterior, que nos revela uma deterioração do antigo templo religioso – fato que nos leva a crer que a capela fora, por um tempo, desprezada pela comunidade, especialmente pelas autoridades competentes – somos levados a constatar não apenas um descaso por parte dos responsáveis pela capela, mas também um esmorecimento das práticas devocionais na paróquia.

A escassez de fontes, que esclareceria esse desânimo devocional por parte da população daquela época, leva-nos a ampliar o nosso campo de estudo e analisar o contexto em que se deu esse processo.

Uma primeira hipótese, está relacionada a figura de uma importante personalidade do clero brasileiro durante a segunda metade do século XIX, o Bispo Dom Frei Vital Maria

¹⁴ Sobre os gastos da obra na Capela do Desterro na última década do século XIX foi encontrado o seguinte registro: “Gastou-se na obra da Capella de Nossa Senhora do Desterro a quantia de 979\$260 e ficou tudo bem ffeito. Pagou-se tudo. Não se deve coisa alguma [...]”. (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 66v).

Gonçalves de Oliveira OFM Cap.¹⁵, filho da terra e, na ocasião, responsável pela diocese de Olinda onde estava inserida a Freguesia de Itambé.

É justamente nesse período que se desenrola todo o processo ligado à Questão Religiosa, no qual o bispo obteve um papel de destaque, no episódio que desgastou a relação entre a Igreja e o Estado brasileiro e que contribuiu para a queda do regime monárquico no país.

Nesse contexto, houve inúmeras tensões entre o prelado e várias irmandades, fixadas em sua diocese. Sendo assim, é provável que a intervenção direta de Dom Vital nas diversas irmandades e confrarias, tenha desencadeado dúvidas na população sobre a participação ou não nessas congregações, provocando certa confusão entre os fiéis e causado uma instabilidade nas atividades desenvolvidas por essas irmandades, durante algum tempo, naquela região.

Outra ideia, está vinculada a transformações em escala mais ampla e de caráter mais complexo, onde a paróquia estaria inserida.

Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, a Igreja Católica esteve empenhada em combater os reflexos da modernidade, inclusive dentro de sua própria estrutura. Esse fenômeno se intensificou no Brasil a partir da Proclamação da República e teve como característica a criação de novas dioceses, prelazias e paróquias, além da centralização das orientações relacionadas às dinâmicas pastorais por parte do Vaticano, naquilo que ficou conhecido como Romanização da Igreja Católica.

Segundo Souza (2008), ao discutir sobre os reflexos desse processo na Igreja católica sergipana, a romanização:

indicava o estreitamento da vinculação das Igrejas católicas nacionais com as diretrizes romanas, [...] pode ser considerada uma extensão do ultramontanismo, constituindo-se em uma política elaborada pelo Vaticano e praticada em todos os países católicos, numa tentativa de retomar os valores tridentinos – abrandados ou deturpados ao longo do tempo – para enfrentar as inovações do mundo moderno e, em especial, o liberalismo. (SOUZA, 2008, p. 29-30).

É verdade que a ausência das festividades e o descuido com a manutenção da antiga capela do Desterro ocorreram um pouco antes das intensificações do processo de

¹⁵ Dom Vital, foi um frade capuchinho, nascido em 27 de novembro de 1844 no Sítio Jaqueira do Engenho Aurora, localizado em Pedras de Fogo, Paraíba, mas, que na época pertencia à Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé, Pernambuco. Faleceu em 4 de julho de 1878. (ANDRADE, 2005, p.1-3). De acordo com a Arquidiocese de Olinda e Recife (2021) Foi o 20º bispo da diocese de Olinda (1872-1878), recebeu da Igreja o título de Servo de Deus e está em processo de beatificação. Foi uma das figuras principais dentro do processo histórico denominado Questão Religiosa que envolveu a Igreja Católica, a Maçonaria e o Estado Imperial Brasileiro.

reestruturação da Igreja Católica no Brasil por parte da Santa Sé. Contudo, como demonstra Vieira (2016, p. 214-221), esse movimento teve início no país, mesmo que gradualmente, já nos primeiros anos do século XIX, influenciados pela restauração da Ordem dos Jesuítas e pela chegada dos padres Lazaristas que, alinhados à perspectiva de centralização das orientações por parte da Cúria Romana, para formação do clero e para os trabalhos pastorais junto aos fiéis, inspiraram atuações pontuais de clérigos em diversas regiões do Brasil.

Desse modo, a justificativa para o cenário já mencionado sobre a freguesia de Itambé consistiria na visão de que os vigários responsáveis pela igreja local, naquele período, estariam ligados a essa ala da Igreja e, dentro desse processo, desencorajando a atuação dos grupos populares responsáveis pelas festividades do orago local ¹⁶, cujas atividades não condiziam com a perspectiva da autoridade clerical.

Sendo essas ou outras as respostas sobre a ausência das festividades e atuações leigas, o fato é que as fontes que demonstram um aparente ciclo de redução das dinâmicas religiosas na comunidade são, por sua vez, as mesmas que registram o início de uma nova fase na vida social local e revelam, a partir da última década do século XIX, traços da relação entre a Igreja Católica e a comunidade itambeense que nos ajudam a entender a trajetória do nosso biografado na comunidade.

Nessa nova fase, é possível identificar uma maior participação dos leigos, e é nessa época, que são promovidas, na comunidade, diversas conferências, devoções e fundações de irmandades leigas, como vemos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Devoções, Serviços e Confrarias da paróquia Nossa Senhora do Desterro de Itambé entre 1889-1918 (continua)

Nome	Ato	Data	Finalidade
Devoção Senhor Bom Jesus dos Passos	Restauração	05/01/1889	Devocional.
Pia Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP)	Restauração	24/02/1889	Assistência material e espiritual aos doentes e necessitados.
Devoção ao Sagrado Coração de Jesus – Apostolado da Oração (AO)	Instauração	01/06/1890	Devocional. Práticas de Oração e Penitência.
Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. (OBS: Reprovada pelo Bispo D. João Estevão)	Instauração	15/05/1891	Organização e arrecadação de recursos para a festa.
Pia Associação da Sagrada Família de Nazareth. Congregação das Famílias.	Instauração	02/03/1902	Devocional.

¹⁶ Santo que dá nome a uma igreja, uma capela, uma paróquia ou uma cidade. (ACADEMIA, 2008, p. 925).

Quadro 1 – Devoções, Serviços e Confrarias da paróquia Nossa Senhora do Desterro de Itambé entre 1889-1918 (conclusão)

Nome	Ato	Data	Finalidade
Instituto da Infância Cristã	Instauração	01/11/1906	Devocional. Catequização.
Associação de Caridade Obra de Misericórdia.	Instauração	04/10/1910	Assistência material aos pobres - Vestir os pobres desvalidos.
Pia União das Filhas de Maria	Instauração	08/09/1917	Devocional. Práticas de Oração e Penitência.
Associação dos Santos Anjos	Instauração	06/10/1918	Devocional. Práticas de Oração e preparação para o ingresso na Pia União das Filhas de Maria.
Círculo Católico	Instauração	10/12/1918	Devocional. Práticas de Oração e Penitência.

Fonte: elaborado com base em texto de Livro de Tombo (1888-1918).

Essas confrarias revelam uma maior participação da sociedade itambeense na dinâmica religiosa local.

Um importante elemento dessa constatação é o fato de que todas essas congregações tiveram início a partir da chegada de um novo vigário na Freguesia de Itambé, o padre Júlio Maria do Rego Barros.

Mesmo já existindo autorização papal para a atuação de algumas dessas irmandades nas igrejas locais, foi a partir da chegada do clérigo que houve a instauração ou restauração das mesmas na paróquia.

Entre estes grupos leigos, alguns tiveram destaques dentro da comunidade itambeense, exatamente por desempenharem alguns trabalhos de grande valor social, como a Associação de Caridade Obra de Misericórdia – responsável pela assistência material aos pobres da cidade – e a Pia Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP)¹⁷ – encarregada pelos trabalhos no hospital asilo e na escola paroquial.

Outras irmandades ganharam destaque pelo seu incentivo a devoções religiosas e por serem formadas de fiéis oriundos de diversas classes sociais. É o caso da Pia União das Filhas de Maria, que aceitara o ingresso de diversas jovens da sociedade itambeense em sua congregação e tornou-se mais tarde um ambiente de divergências entre grupos locais.

Sobre a Associação de Caridade Obra de Misericórdia, é possível afirmar que esta desempenhou um importante trabalho na cidade. Era responsável pela produção e distribuição de vestes, cobertores, travesseiros e outros produtos aos pobres da comunidade. Sua

¹⁷ É uma associação formada por leigos católicos, dedicada aos trabalhos de caridade. Fundada em Paris, na França, em 1833, a associação dos vicentinos foi instituída no Brasil em 1872. (SSVP, 2021, p.1)

administração era composta pelos cargos de presidência, secretaria e tesouraria – todos eleitos através do voto secreto e com o mandato de um ano – e pelo diretor da associação, o pároco da freguesia.

A SSVP, composta pela Irmandade São Vicente de Paulo, também desenvolvia um trabalho voltado aos mais necessitados, porém, em áreas mais específicas. Os confrades vicentinos eram responsáveis pelos trabalhos desenvolvidos no Hospital Asilo São Vicente de Paulo (ANEXO A) – recém construído por iniciativa do vigário da cidade – e pela manutenção de uma escola noturna realizada no consistório¹⁸ da igreja matriz do município (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 7v).

A Pia União das Filhas de Maria, por sua vez, possuía um caráter devocional, regido através de orientações cuja finalidade era o fortalecimento da fé em Deus e da devoção à Virgem Maria, além da proteção da inocência das jovens cristãs participantes da irmandade, por meio de práticas religiosas que favorecessem a modéstia e a moral (MANUAL, 1961, p. 24). Aparentemente não havia, de modo oficial, segregação entre suas associadas. Contudo, como todo ambiente constituído de seres humanos, esteve sujeita aos reflexos das mudanças sociais e políticas locais ao longo do tempo e gerou mais tarde alguns desarranjos ao seu entusiasta e incentivador, o padre Júlio Maria, como nos mostra Stella Lacerda (1956):

Um grupo de filhas de Maria da sociedade, tendo ido ao clube local para as danças carnavalescas com prévia proibição da Diretoria foi, pela mesma, censurado. Revoltam-se as jovens, que renunciam à Pia União, alegando a falta de idoneidade da Presidente, em relação à côr, para chamar a atenção de moças finas e mais favorecidas de bens. O pai de uma delas vai ao santo Cura, e dizem até que, na própria casa paroquial, usando de modos e expressões distanciadas dos princípios de cortesia. (LACERDA, 1956, p. 87).

Todos esses fatos, corroboram para a seguinte constatação: a relação entre a comunidade itambeense e a religião católica nunca foi rompida, até porque essa possui uma clara ligação histórica com a formação daquela. No entanto, observou-se, nesse relacionamento, uma oscilação ao longo do tempo, alternando momentos de fervor e participação popular e de descaso e contração devocional.

Percebe-se então uma nítida influência da religião católica na sociedade itambeense e uma maior participação da comunidade nas atividades ligadas à própria Igreja, a partir da última década do século XIX.

¹⁸ Esse termo é utilizado na arquitetura religiosa para referir-se a uma área ou espaço designada a reuniões, normalmente anexada aos templos religiosos.

A chegada do padre Júlio Maria na Freguesia de Itambé, coincidentemente ou não, se deu nesse período e teve como característica exatamente uma vigorosa participação dos fiéis leigos nas confrarias instauradas ou restauradas por ele.

Esse fato é significativo por evidenciar o prestígio do catolicismo e do clérigo naquela região, especialmente nos anos iniciais de seu ministério na freguesia. Porém, veremos mais adiante, que esse entusiasmo e atuação da sociedade itambeense nas dinâmicas paroquiais não serão estáveis. A oscilação do fervor devocional por parte dos leigos, mencionada anteriormente, se manifestará ao longo da trajetória do vigário no município, revelando as transformações políticas na sociedade local e colaborando com o processo de mudança e reorganização da Igreja Católica, na paróquia de Itambé.

3 A GÊNESE ARISTOCRATA E POLÍTICA DO NOVO VIGÁRIO DE ITAMBÉ

Já fizemos a exposição da relação entre Igreja e comunidade e, nela, observamos algumas características peculiares que conduziram o nosso estudo em direção à análise de uma interessante figura local, o novo vigário da paróquia de Itambé.

Diante desse fato, surgem algumas questões que são fundamentais para o nosso trabalho: Afinal, quem é esse novo vigário, qual é a sua origem e quais os principais trabalhos realizados até a sua chegada na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé?

As respostas para essas perguntas podem ser encontradas a alguns quilômetros de distância daquela freguesia. Com base no trabalho de Stella Lacerda (1956), chegamos ao conhecimento de que o novo vigário colado da paróquia de Itambé, era o padre Júlio Maria do Rego Barros (1856-1942), um clérigo que pertencia, tanto do lado paterno quanto materno, a renomadas famílias da elite rural e política daquela região.

Seus avós paternos eram o senhor João Joaquim da Cunha do Rego Barros e a senhora Manuela de Castro Caldas, que detinham o título de terceiro Barão e Baronesa de Goiana, cidade onde residiam e dispunham de um evidente prestígio político. Além disso, eram donos de diversas propriedades, entre elas, os engenhos Pedregulho e Novo de Goiana.¹⁹

Já seus avós maternos, o senhor Manuel Corrêa de Oliveira Andrade e a senhora Joanna Bezerra de Andrade, eram proprietários do Engenho Uruaé²⁰, local onde moravam juntamente com alguns membros de sua família. Eram pais de quatorze filhos, entre eles, João Alfredo Corrêa de Oliveira, conhecido popularmente como, o Conselheiro João Alfredo.

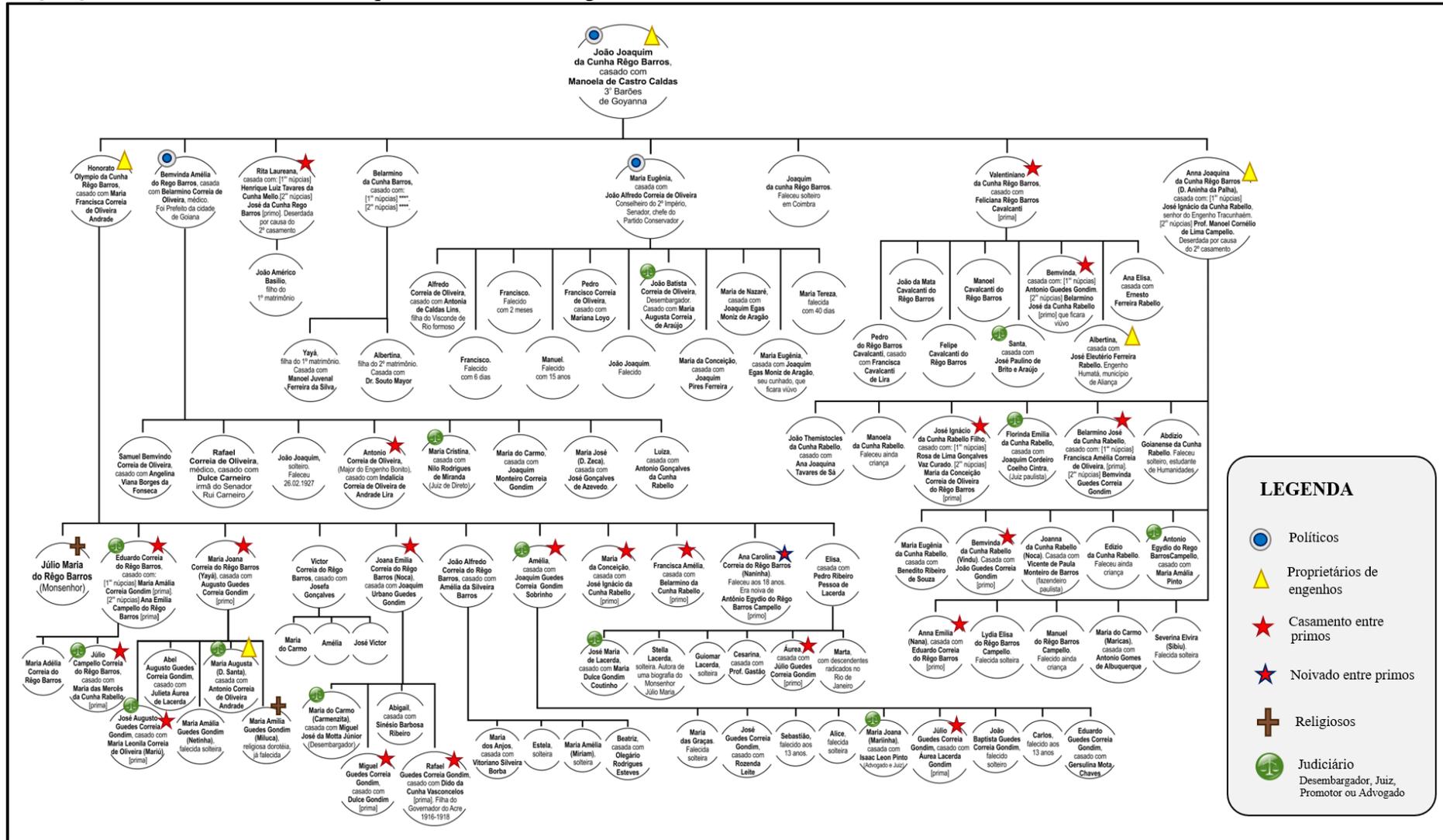
Tio materno do padre Júlio Maria, João Alfredo ocupou diversos cargos públicos durante o regime imperial no Brasil, com destaque para os de Senador do Império, exercido entre 1877 e 1889, e os de Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho de Ministros do Governo Imperial, ocupados pelo político entre os anos de 1888 e 1889. Ele era uma das principais lideranças políticas do Partido Conservador na região e foi, mais tarde, um dos incentivadores da entrada do padre Júlio Maria no mundo da política partidária.

O organograma a seguir, baseado na obra de Almeida e Vasconcelos (2002), nos ajudará a identificar os vínculos existentes entre Júlio Maria e algumas figuras da elite daquela região.

¹⁹ É na capela desse engenho, dedicada a Santo Antônio, que André Vidal de Negreiros (1606-1680) –foi sepultado, logo após sua morte. Em 1942, seus restos mortais foram trasladados para a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, no município de Jaboatão dos Guararapes.

²⁰ Esse engenho está localizado no município de Condado PE (antigo distrito de Goiana), às margens da PE 075, no trecho entre o município de Goiana e Itambé. Possui um estilo colonial e mantém algumas características arquitetônicas originais como a casa grande, capela, senzala e Moita (casa de engenho) com chaminé.

Organograma 1 – Família de João Joaquim da Cunha do Rego Barros e Manoela de Castro Caldas



Fonte: elaborado com base em texto de Almeida e Vasconcelos (2002, p. 22-152).

Mesmo nos fornecendo dados apenas do lado paterno do padre Júlio Maria, o organograma aponta a existência de relações de parentesco entre algumas figuras políticas locais, senhores de engenho e demais lideranças da região. Além disso, ela nos mostra a ocorrência de vários casamentos entre familiares próximos, fator que favorecia a manutenção da estabilidade econômica e política familiar.

Foi da união matrimonial entre membros da Família Rego Barros e Corrêa de Oliveira Andrade, mais precisamente entre Honorato Olympio da Cunha Rego Barros – filho primogênito dos Barões de Goiana – e Maria Francisca Corrêa de Oliveira Andrade – irmã do Conselheiro João Alfredo – que nasceu, em 30 de junho de 1856 no Engenho Uruaé, o pequeno Júlio Maria, futuro vigário da paróquia de Itambé.

Segundo as autoras Santos, Pontes, Machado, Maciel e Barros (2000, p. 39), Júlio Maria, juntamente com seus pais e irmãos, moravam no Engenho Pedregulho. Foi nessa propriedade que ele viveu até os seus doze anos, quando resolveu externar aos familiares o desejo de ingressar na vida sacerdotal.

Stella Lacerda (1956, p. 12) afirma que a notícia foi acolhida com alegria pela família de Júlio Maria, ao ponto de seu avô paterno se disponibilizar a custear os seus estudos no seminário.

Em 1868, o jovem Júlio Maria ingressou no Seminário de Olinda. Nesse período, estava no comando da diocese o bispo Dom Francisco Cardoso Ayres – prelado alinhado às ideias de romanização da Igreja Católica no Brasil – que, de acordo com Câmara (1976, p. 144), teve como principais trabalhos na diocese, a reforma do Seminário de Olinda²¹, a elaboração de um novo plano de estudos para instituição e a renovação espiritual do clero diocesano.

O governo diocesano de Dom Francisco foi curto, de 1868 a 1870, contudo as ações acima mencionadas, colaboraram com a formação do seminarista Júlio Maria.

O sucessor de Dom Francisco no comando da Diocese de Olinda foi o bispo Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira OFM Cap., que não só manteve a linha de trabalho realizada pelo seu antecessor como as intensificou, demonstrando especial atenção para com

²¹ Segundo Gilberto Luiz Alves (2000), o Seminário Maior Nossa Senhora das Graças (Seminário de Olinda), é uma instituição de ensino, cuja instalação solene ocorreu em 16 de fevereiro de 1800, por Dom José Joaquim da Cunha D’Azeredo Coutinho, Bispo de Olinda. Influenciada pelo pensamento iluminista, ela foi inicialmente estruturada aos moldes do colégio-seminário pombalino e, nesse período, teve como finalidade a formação de clérigos para a Igreja Católica – com características filosóficas naturalistas – e de jovens oriundos de famílias abastadas. Entretanto, a partir de 1836 com a promulgação de novos estatutos pelo Bispo Dom João da Purificação Marques Perdigão, a instituição transformou-se em um estabelecimento voltado exclusivamente para a formação de sacerdotes.

os seus seminaristas ao ponto de monitorar, pessoalmente, os trabalhos no Seminário de Olinda.

Ao refletir sobre a dedicação dos bispos na formação dos seminaristas e o fortalecimento gradual da perspectiva ultramontana²² nos seminários, Vieira (2016) faz o seguinte comentário sobre o prelado:

[...] O escrúpulo na observância da ortodoxia doutrinária e da retidão disciplinar tornaram-se tão exigentes, que Dom Vital fazia questão de passar no seminário de Olinda duas vezes por semana para certificar-se das suas necessidades e se as ordens que dava estavam sendo rigorosamente cumpridas. Além disso, assistia aos exames dos seminaristas, a fim de que mestres e formandos compreendessem a importância e as exigências da Igreja, [...]. (VIEIRA, 2016, p. 229).

Os trabalhos dirigidos por Dom Vital no Seminário de Olinda estavam inseridos dentro de um processo conhecido como Romanização da Igreja Católica, que buscava uma transformação do catolicismo no Brasil, cujo sucesso passava pelo trabalho de formação acadêmica e espiritual do clero.

Foi nesse contexto, que esteve inserido o nosso biografado e sendo ele fiel às orientações de seu bispo, obteve do prelado – no que diz respeito a sua formação – um especial cuidado, como nos mostra Stella Lacerda (1956), citando correspondência pessoal de Dom Vital ao pai do jovem seminarista:

Recife, 9 de dezembro de 1873. Ilmo. Snr. Major. Lembra-me que o anno passado VSa. Manifestou-me intenções de mandar o seu filho Julio concluir os seus estudos theologicos na Europa (o que muito acertado me pareceu) e lhe ponderara eu que melhor seria deixal-o terminar aqui o seu curso de preparatórios. Eis que é chegado o momento, e julgo que VSa. não deve deixar de traduzir em acto essa boa intenção, o que será de summa utilidade não só para o seu filho, senão tambem para a Igreja. Em reserva direi a VSa. Que supponho que Deus tem vistas sobre esse menino. Elle poderá concluir os seus estudos quer em Paris, quer em Roma. Tenho a honra de ser, como sempre, com particular estima, antiga sympathia e muito respeito de VSa. servo inútil e attencioso (a) F. Vital, Bispo d’Olinda. (VITAL, 1873, p.1 *apud* LACERDA, 1956, p. 16).

A dedicação, demonstrada pelo jovem no Seminário de Olinda, e a boa relação entre o comandante regional da Igreja Católica e a família de Júlio Maria, contribuíram para que o bispo oferecesse uma atenção especial para com o jovem padre em formação. Dom Vital via

²² De acordo com Dilermando Ramos Vieira (2016), ultramontano foi um neologismo cunhado no século XIII, cujo significado literal é “para além dos montes” e era designado para se referir a procedência dos papas escolhidos de regiões além dos Alpes. Entretanto, a partir do século XIX, o termo e seus derivados ganharam um outro sentido. O autor diz que esse sentido foi qualitativo, significando pessoas ou associações alinhadas às diretrizes do Romano Pontífice (VIEIRA, 2016, p. 213).

naquele seminarista um potencial clérigo alinhado à perspectiva desejada pela cúpula da Igreja Católica, que esperava ver nos novos sacerdotes homens piedosos, bem instruídos e fiéis à doutrina da Igreja.

Ao que parece, Júlio Maria foi bastante aplicado na sua preparação para o celibato²³, ao ponto de receber dispensa do Papa Leão XIII para que fosse ordenado sacerdote com apenas vinte e três anos – a idade mínima para a ordenação presbiteral, segundo o Código de Direito Canônico (CDC) em seu Cânon 1031, é de vinte e cinco anos.

Com a Sé Vacante²⁴ do bispado de Olinda, devido à morte de Dom Vital em 1878 – situação que perdurou até 1881 quando foi designado um novo prelado para aquela diocese – a ordenação do seminarista Júlio Maria ocorreu na cidade de São Paulo, ministrada pelo bispo Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho²⁵.

De acordo com Stella Lacerda (1956, p. 24-25), a cerimônia ocorreu no dia nove de fevereiro de 1879, não se encontrando registros da participação de membros da sua família no evento.

Após sua ordenação na capital paulista, Júlio Maria retornou à Província de Pernambuco, se estabelecendo na propriedade de seus familiares. Ora na casa de seus pais, ora na residência de seus avós maternos.

Inicialmente ficou responsável pelos trabalhos de catequese e celebração dos sacramentos nas capelas dos engenhos Pedregulho, Paraguassu²⁶ e Uruaé – onde cantou a sua primeira missa.²⁷

²³ É uma completa consagração a Deus e ao serviço de suas obras, ministradas por sua Igreja. É comum vincular o celibato somente à questão sexual, entretanto, esse é apenas um dos elementos que o compõe. Na verdade, o celibato sacerdotal é um sinal de uma vida de entrega total a Deus e ao serviço de santificação dos homens.

²⁴ De acordo com o glossário do Código de Direito Canônico, a Sé Vacante é: “quando a sede pontifícia ou episcopal fica sem titular pelas causas reconhecidas pelo direito”. Ou seja, Sé Vacante é quando um papa ou bispo morre, ou ainda quando este último é transferido para uma outra região ou se aposenta, deixando vago o cargo de bispo na diocese.

²⁵ Foi o 9º bispo da diocese de São Paulo. Nasceu em 16 de abril de 1802, na vila de Angra dos Reis, na então capitania do Rio de Janeiro. Foi ordenado sacerdote em 25 de junho de 1850 em Pernambuco e chegou a ser eleito deputado pelo Partido Conservador, em 1856, para a Assembleia Provincial do Ceará. Foi nomeado bispo da diocese de São Paulo em 21 de maio de 1871, por Breve Apostólico do Papa Pio IX (1846-1878), sendo sagrado no cargo em 9 de março de 1873, na Catedral de Fortaleza. Viajou para diversos países da Europa em 1876, incluindo uma visita *Ad Limina Apostolorum*, cujo interesse era estreitar as relações com Roma e receber as orientações pontifícias visando a reforma da diocese de São Paulo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2021, p. 1-2).

²⁶ De propriedade do senhor de engenho Antônio Guedes Corrêa Gondim e sua esposa Joana – tia materna do padre Júlio Maria do Rego Barros.

²⁷ Antes do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Missa seguia um rito litúrgico onde a maioria de suas partes eram cantadas. Nessas celebrações, de tradição litúrgica romana, o padre e o coro se revezavam no canto da Missa. Cantar a missa não significava executar cantos durante os ritos, mas verdadeiramente cantar as partes que hoje, em língua vernácula, se recita.

Mas os trabalhos nessas capelas particulares não duraram muito tempo. Ainda em 1879 foi designado para o cargo de vigário na Freguesia de Pilar – Província da Paraíba – e no ano seguinte, em 1880, o padre Júlio Maria foi nomeado coadjutor²⁸ da Freguesia de Goiana, auxiliando o padre João Marques – vigário local, na época – e mais tarde o seu sucessor o frei capuchinho Serafim de Itapissuma, nas atividades paroquiais daquela localidade.

Sendo Goiana o local em que a família de Júlio Maria exercia significativa autoridade política – onde vários de seus membros ocupavam não apenas cargos políticos, mas desempenhavam importantes funções dentro daquela sociedade, como as de advogado, clínico local, delegado, entre outros – sua nomeação para o cargo de coadjutor colaborou para que, a elite local, desse ainda mais respaldo às atividades pastorais, promovidas pela Igreja Católica e seus representantes, naquela comunidade.

O padre Júlio Maria desempenhou a função de coadjutor na Freguesia de Goiana até o ano de 1883, quando foi chamado pelo bispo Dom José Pereira da Silva Barros²⁹ a desempenhar um novo trabalho na diocese: lecionar algumas disciplinas no Seminário de Olinda.

Conforme Stella Lacerda (1956, p. 30), a vaga para a função de docente naquela instituição foi aberta devido ao pedido de exoneração do cargo, realizado pelo cônego Teotônio Ribeiro e Silva, responsável pelas cadeiras de História e Geografia, e sendo o padre Júlio Maria um conhecedor dessas disciplinas, foi logo designado pela autoridade episcopal para a ocupação do cargo que estava em aberto.

Pio (1994, p.109-110) afirma que o clérigo atuou como professor no Seminário de Olinda entre os anos de 1883 e 1888, quando partiu para uma nova missão, exercendo um outro cargo naquela diocese, fato que será abordado posteriormente neste trabalho.

Durante o período em que lecionou no seminário diocesano de Olinda, o clérigo conciliou as atividades docentes e religiosas com outro ofício: a política partidária.

Segundo Stella Lacerda (1956, p. 30), o padre Júlio Maria exerceu o mandato de deputado provincial durante duas legislaturas, entre os anos de 1885 e 1888. No entanto, as pesquisas realizadas em fontes da época, revelam dados que nos fazem ter uma interpretação diferente da apresentada pela autora.

²⁸ Sacerdote nomeado para auxiliar um padre titular de uma paróquia, nas diversas atividades existentes.

²⁹ Foi o 21º bispo da diocese de Olinda e 11º da diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Nasceu na cidade de Taubaté – SP em 24 de novembro de 1835. Foi ordenado sacerdote em 27 de dezembro de 1858 e nomeado bispo de Olinda em 7 de janeiro de 1881, tendo sua sagração ocorrida em 28 de agosto de 1881, na sua cidade natal, Taubaté – SP, por Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (CÂMARA, 2009. p. 32).

Primeiramente, encontramos uma divergência em relação ao período em que o religioso atuou como deputado. As fontes revelam que o nome do clérigo, como representante do Partido Conservador e potencial ocupante do cargo legislativo, só foi anunciado ao eleitorado – através da imprensa – no mês de dezembro de 1885, como observamos em uma publicação de jornal, datada de 21 de dezembro do referido ano:

Partido conservador. Incumbidos pelo nosso illustre chefe o Exm. Sr. conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira de organizar a lista dos candidatos á proxima eleição de deputados provinciaes, recomendamos ao eleitorado do partido conservador para serem votados em primeiro e segundo escrutínio na ordem em que se acham os seguintes nomes: DISTRICTOS 1º Dr. Gaspar Drummond Filho. Dr. Antonio Golçalves Ferreira [...] 4º Padre Julio Maria do Rego Barros. Dr. Manoel Gonçalves Soares de Amorim. [...]. (PARTIDO, 1885, p. 3).

Desse modo, percebemos que o mandato legislativo não teria iniciado em 1885. Na verdade, foi a eleição para o cargo de deputado provincial que ocorreu nesse mesmo ano, mais precisamente em 30 de dezembro, e o pleito eleitoral, a que disputara o padre Júlio Maria, correspondia a legislatura do biênio 1886-1887.

A vaga legislativa a que o clérigo concorrera era a de representante do Quarto Distrito Eleitoral da Província de Pernambuco, no qual estavam inseridas as regiões de Goiana, Itambé, Timbaúba, Cruangy, Nossa Senhora do Ó e São Vicente. Para esse distrito, eram disponibilizadas três cadeiras na Casa Legislativa, e naquela eleição, foi disputada pelos representantes dos partidos Conservador e Liberal, de Pernambuco.

Os candidatos às vagas e o resultado dessa eleição podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 2 – Resultado da eleição para deputado provincial em Pernambuco (4º Distrito) – 1885

Candidato	Partido	Nº de votos no		Resultado final
		escrutínio		
		1º	2º	
Julio Maria do Rego Barros	Conservador	185*		Eleito
Visconde de Tabatinga	Liberal	174*		Eleito
Cônego Manoel Gonçalves S. d'Amorim	Conservador	35*	257	Eleito
Dr. Luiz Gonçalves da Silva	Liberal	16*	208	
Total de votantes		410*	465	

Fonte: elaborada com base em Revista (1885, p. 2; 1886, p.2).

Nota: * No resumo do 1º escrutínio faltou os números do colégio eleitoral de São Vicente, que não poderiam mais alterar o resultado final da eleição.

Como se vê na tabela, o padre Júlio Maria, juntamente com o seu companheiro de partido, o padre Manoel Gonçalves Soares d'Amorim, e o seu adversário do Partido Liberal, Domingo Francisco de Souza Leão, o Visconde de Tabatinga³⁰, foram eleitos deputados provinciais e representantes do quarto distrito eleitoral na Assembleia Provincial de Pernambuco, entre os anos de 1886 e 1887.

Outro ponto de divergência em relação à interpretação da autora é sobre o número de legislaturas em que, o nosso biografado, teria ocupado o cargo de deputado provincial.

Ela alega que Júlio Maria desempenhou as funções parlamentares por duas ocasiões. No entanto, as fontes encontradas revelam que o clérigo exerceu o ofício legislativo por apenas um mandato.

Na verdade, ele disputou o cargo em outra ocasião, porém, o desfecho do processo não foi o mesmo que o anterior.

Em 1887, mais uma vez, o Partido Conservador, liderado pelo conselheiro João Alfredo – tio do nosso biografado – indicou os nomes dos padres Júlio Maria do Rego Barros e Manoel Gonçalves Soares d'Amorim para os cargos de representantes do quarto distrito eleitoral, na Casa Legislativa Provincial de Pernambuco. Aparentemente, as lideranças do partido estavam satisfeitas com a performance dos parlamentares na Assembleia Provincial, durante a legislatura em vigor, naquele biênio.

A eleição ocorreu no dia 30 de dezembro de 1887 e buscava preencher as cadeiras legislativas provinciais para o biênio 1888-1889.

A disputa eleitoral teve características diferentes da anterior, uma vez que o pleito contou com um número maior de candidatos, o que resultou numa distribuição dos votos do eleitorado entre esses políticos.

Vejamos a seguir, a tabela com o resultado da apuração eleitoral para os cargos de deputados provinciais do quarto distrito eleitoral da Província de Pernambuco, em 1887:

³⁰ Segundo Jair de Almeida Vieira (2021), Domingos Francisco de Souza Leão, também conhecido como Barão e Visconde de Tabatinga, foi um importante senhor de engenho e político de Pernambuco. Membro do Partido Liberal, foi deputado provincial por diversas legislaturas.

Tabela 3 – Resultado da eleição para deputado provincial em Pernambuco (4º Distrito) – 1887

Candidato	Partido	Nº de votos por candidatos	Resultado final
Vigario Dr. Manoel Gonçalves Soares de Amorim	Conservador	229	Eleito
Irineu Macedo de Albuquerque	Liberal	207	Eleito
Padre Julio Maria do Rego Barros	Conservador	204	Eleito
Visconde de Tabatinga	Liberal	150	
Dr. José Izidoro Martins Junior	Republicano	54	
Borba	...	29	
Loyola	...	19	
Dr. Cândido	1	
Total de votantes		893	

Fonte: elaborada com base em Revista (1888, p. 1).

Como se observa, aparentemente o padre Júlio Maria fora eleito deputado provincial, para exercer a legislatura correspondente ao biênio 1888-1889. Ele até participou da primeira e da segunda sessão preparatória da Assembleia. Contudo, as fontes analisadas demonstram que o religioso não se manteve no cargo, devido a dúvidas sobre a sua eleição, como se vê em parecer da Assembleia Provincial, lido na segunda sessão preparatória, em 13 de setembro de 1888, e publicada na imprensa da época:

[...] Vem á mesa é lido, apoiado e entra em discussão o seguinte parecer: [...] Que sejam aprovadas todas as eleições procedidas no 4º districto, sendo reconhecidos deputados os Srs. Irineu Macedo de Albuquerque e padre Dr. Manoel Soares Gonçalves de Amorim, deixando de contar a este ultimo os votos que obteve na freguezia de Itambé, onde funcionava então como vigário; e quanto ao candidato padre Julio Maria do Rego Barros a comissão aguarda se para opportunamente dar parecer a seu respeito, visto como sérias duvidas se levantam contra a validade de sua eleição. [...]. (ASSEMBLEIA, 1888, p. 3).

No trecho, observamos que a comissão responsável pelo parecer que validaria a eleição do padre, resolveu deixar a resposta final sobre o fato para um outro momento.

Procurando essa resposta, realizamos pesquisas em diversas fontes, correspondentes ao período. No entanto, não encontramos este parecer final. Ainda assim, analisando documentos referentes às sessões subsequentes, percebemos que o nome do religioso não foi mais citado como parlamentar da 27ª legislatura da Assembleia Provincial de Pernambuco. O que nos leva a crer que a eleição do padre Júlio Maria não foi reconhecida por aquela comissão da Assembleia.

Desse modo, mesmo disputando a eleição para a Assembleia Provincial em dezembro de 1887, o clérigo atuou como parlamentar apenas durante os anos de 1886 e 1887 – período correspondente à 26ª legislatura, cuja eleição ocorreu em 1885.

Referente a esse período, Stella Lacerda (1956) afirma que o parlamentar Júlio Maria – identificado nas fontes como Júlio de Barros – realizou apenas dois discursos durante a sua passagem na Casa Legislativa.

Ela afirma que o primeiro discurso se deu em 26 de março de 1886, quando o clérigo se manifestou a respeito do seu projeto – colocado em discussão no dia 20 de março daquele ano – em que propunha a submissão administrativa e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Goiana à da cidade do Recife, como se lê em um periódico da época:

[...] Sr presidente, não é sem grande acanhamento, que pela primeira vez, diante de um auditório para mim tão novo, venho ocupar a atenção desta illustre Assembléa; mas o farei somente muito animado pela importancia do assumpto e benevolencia dos que me ouvem. E' assim que eu, acostumado a pregar aos pobres a palavra de Deus, falarei tambem da caridade perante uma corporação tão illustrada, O projecto em discussão, mandando sujeitar a Santa Casa de Misericordia de Goyanna á do Recife, é de necessidade urgente e imperiosa. Impedil-o, seria o mesmo que deter a pedra despenhada da montanha. [...] E' por esta razão que eu deputado a esta Assembléa para tratar dos interesses do 4º districto dirijo-vos a palavra em prol de uma causa valiosa em si e em suas consequencias. [...] a Casa Misericordia de Goyanna acha-se reduzida a um estado deploravel. Já não quero referir-me a parte material, mas sim a instituição que podia servir de arrimo, onde a pobreza encontrasse um tecto amigo, os orphãos podessem ter quem lhes enchugassem as lagrimas da desventura. Eu, pois, Sr. presidente, appellando para os sentimentos generosos desta Assembléa e confiando mesmo nelles foi que apresentei o meu projecto e as razões que o fundamentam, reservando-me para em 2ª discussão exhibir as provas que reputo convenientes para a sua approvação. [...]. (ASSEMBLÉA, 1886, p. 2).

O segundo pronunciamento ocorreu no dia 14 de junho do mesmo ano. Na ocasião, o padre Júlio Maria fez o seguinte discurso:

[...] Eu quizera ver bem discriminadas as duas barreiras, os dois pontos de contacto entre a Igreja e o Estado, quero o estado independente, isto é, dentro da orbita que lhe é própria, para não produzir choque a liberdade da Igreja que a possui como sociedade perfeita. Na qualidade de cidadão tenho deveres a cumprir, como sacerdote assiste-me a obrigação de pugnar pelas prerrogativas da Igreja quando ultrajadas e invadidas. [...] O poder civil tem se atirado a essas conquistas e até as camaras municipais! [...] Em nome do verdadeiro progresso protesto contra essa invasão de direito. Eu não posso entrar no amago da consciencia de V. Exc., sei que é catholico. Entretanto presumo defender a Igreja como devo e V. Exc. o faz de outro modo. Pelo principio legitimo no terreno da lei e da liberdade, os cemiterios sempre pertenceram à Igreja, desde as catacumbas de Roma. Assim continuam e continuariam se o direito da força não tivesse por vezes feito usurpações. [...]. (LACERDA, 1956, p. 32-33).

Como se percebe, mediante discussão sobre a responsabilidade e administração dos cemitérios em algumas regiões da província, o religioso se manifestou a favor da manutenção do gerenciamento desses locais por parte da Igreja Católica.

Os dois eventos citados pela autora apontam algumas das pautas defendidas pelo clérigo, durante o seu mandato na Assembleia Provincial de Pernambuco.

A partir deles, podemos observar que o padre Júlio Maria demonstrou uma atenção especial aos trabalhos voltados para a ajuda aos enfermos e necessitados, claro que dentro de uma perspectiva cristã católica, que se fundamentava no auxílio – não exclusivamente físico, mas também espiritual – às pessoas carentes.

A outra agenda, identificada na obra de Stella Lacerda (1956), e defendida pelo clérigo no Parlamento, esteve voltada para o benefício da Igreja Católica na província. Em um período de crise da relação entre a Igreja e o Estado, o deputado buscou defender a manutenção de certas prerrogativas, a favor da instituição religiosa a que pertencia.

O apoio a essas temáticas, por parte do clérigo, continuou ao longo do tempo. No entanto, não mais no Parlamento uma vez que, após o término de seu mandato em 1887, o religioso assumiu, no ano seguinte, um novo trabalho na diocese. Dessa vez, na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé, onde buscou desenvolver ações cujas bases estavam ligadas exatamente às pautas que defendia, durante o período em que esteve na Casa Legislativa.

Tendo em vista os aspectos até aqui observados, concluímos que o novo vigário da Freguesia de Itambé, o padre Júlio Maria do Rego Barros, era um homem de origem aristocrata, cuja família era composta por alguns senhores de engenho, políticos e autoridades locais.

Educado no Seminário de Olinda a partir de uma perspectiva de característica ultramontana – que buscava formar intelectual, moral e espiritualmente os jovens ali residentes – ele manteve relações amistosas com algumas autoridades eclesiásticas da época, sendo mais tarde, designado a trabalhar na formação de novos clérigos para a Igreja Católica na região.

Entrou na política partidária – provavelmente motivado por seu tio, João Alfredo Corrêa de Oliveira, líder político na região – sendo eleito deputado provincial pelo Partido Conservador, defendendo especialmente as pautas ligadas à defesa dos trabalhos desenvolvidos nas casas de misericórdia e a manutenção das atribuições conquistadas pela Igreja Católica ao longo do tempo, no país.

Deixou a política partidária após a impugnação de sua reeleição para a Assembleia Provincial, em 1888. No entanto, assumindo um novo cargo na diocese, promoveu novas atividades alinhadas àquilo que demonstrava ser um desejo particular: o fortalecimento da Igreja Católica e a ajuda física e espiritual aos fiéis, como veremos adiante.

4 O BOM PÁROCO DE ITAMBÉ: A ATUAÇÃO DO PADRE JÚLIO MARIA ENTRE OS ANOS DE 1888 E 1918

No capítulo anterior, vimos que o padre Júlio Maria – membro da aristocracia rural da Zona da Mata Norte de Pernambuco – influenciado por seu tio João Alfredo Corrêa de Oliveira, adentrou na esfera da política partidária e exerceu, entre os anos de 1886 e 1887, o mandato de deputado provincial em Pernambuco.

Durante esse período, ele teve que conciliar os trabalhos legislativos com as atividades docentes que desenvolvia no Seminário de Olinda, desde o ano de 1883.

De acordo com Stella Lacerda (1956, p. 34), o acúmulo dessas atividades, incomodavam o sacerdote de modo considerável, especialmente pelo fato de impedi-lo de se dedicar por inteiro às atividades eclesiais.

Ainda conforme a autora, foi buscando solucionar essa situação, que ele optou por abandonar a política e o próprio magistério no Seminário de Olinda, e se inscrever em um concurso para o cargo de vigário colado da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé (LACERDA, 1956, p. 37).

É a partir dessa nova fase na biografia do sacerdote que, iniciamos um estudo sobre a trajetória do religioso naquela comunidade – localizada no interior da Província de Pernambuco – buscando respostas sobre como ocorreu a sua posse na paróquia, quais as principais ações, político-administrativas e sociais implementadas pelo clérigo na igreja local durante as primeiras décadas de comando paroquial e qual a consequência dessas ações, especialmente para a pessoa do vigário.

Para tanto, é preciso sabermos alguns detalhes anteriores à posse do padre Júlio Maria, como vigário colado naquela freguesia.

Finalizado o seu mandato na Assembleia Provincial e tendo prestado o concurso para ocupar o cargo disponível na paróquia de Itambé – que segundo Stella Lacerda (1956, p. 39-40) disputou com outros três sacerdotes, se classificando em primeiro lugar no certame – o padre Júlio Maria foi nomeado vigário colado da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé.

A autorização para assumir o cargo na paróquia ocorreu em 13 de março de 1888, no palácio episcopal da Soledade, na cidade do Recife, pelo então bispo Dom José Pereira da Silva Barros – o mesmo que, anteriormente, o havia designado para desempenhar a função de docente no seminário.

A ação se deu após o recebimento de uma carta – apresentada à Cúria Diocesana, pelo próprio Júlio Maria – datada de nove de fevereiro daquele ano, assinada pela Princesa Regente Isabel e o Barão de Cotegipe, na qual a Coroa aprova e apresenta o nome do sacerdote para o cargo na freguesia, como observamos em uma transcrição dessa correspondência, registrada no livro de tombo da paróquia de Itambé.³¹

[...]A Princeza Imperial Regente, em Nome do Imperador, faz saber a vós, Reverendo Bispo da diocese de Olinda que conformando-se com a vossa proposta, há por bem apresentar o Padre Julio Maria do Rego Barros na Igreja Parochial de N.S. do Desterro d' Itambé nesta diocese e Provincia de Pernambuco com a clausula de que se poderá dividir esta Igreja quando se julgar necessario. E vos encommenda que nesta confirmeis e lhes passeis vossas Lettrais de confirmação na forma costumada com que se fara expressa menção de como o confirmastes por esta apresentação, e com a mesma Igreja haverá o mantimento e mais emolumentos pois e percalços que legitimamente pertencerem – Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Fevereiro de mil oitocento e oitenta e oito, sexagesimo setimo da Independencia, e do Imperio. (Assignada) Princeza Imperial Regente – Barão de Cotegipe [...]. (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 1).

A confirmação e colação da paróquia a favor do padre Júlio Maria ocorreu no dia 29 de junho de 1888, numa solenidade presidida pelo padre Luiz Francisco de Araújo, um de seus colegas de trabalho durante o tempo de seminário – o padre Luiz era responsável pela cadeira de Latim, enquanto o padre Júlio Maria ministrava as cadeiras de História e Geografia, na instituição.

A primeira grande celebração registrada nos arquivos paroquiais, após a posse do novo vigário, foi a benção solene da igreja matriz de Itambé, que aconteceu no dia 12 de janeiro de 1889.

A cerimônia contou com a presença de várias autoridades civis, como o juiz de direito da comarca na época, o senhor Corolino de Lima Santos, e vários membros do clero, responsáveis por diferentes cargos e paróquias na diocese, como o cônego arcipreste³² Bernardo de Carvalho Andrade, o cônego vigário Floriano de Queiroz Coutinho (Freguesia de São Miguel de Taipú), o vigário Lourenço d'Albuquerque Loyola (igreja de Nossa Senhora do Ó, Aliança – PE), o padre João Francisco Fernandes (diretor do colégio de Goiana), o coadjutor padre Pedro Cavalcante Rocha, o padre David Medeiros SCJ (clérigo da

³¹ A escolha de um vigário colado se dava por meio de concurso, promovido por uma diocese. Após o certame, o bispo responsável encaminhava o nome do candidato vencedor ao Rei, para a confirmação. Aprovado pela Coroa, o padre vencedor do concurso, recebia a paróquia de forma permanente.

³² É o decano entre os presbíteros que compõem o clero de uma determinada área de uma diocese. Nas legislações antigas da Igreja atuavam como substitutos do bispo em algumas funções. Durante o Império, tiveram uma enorme importância visto a existência de grandes áreas territoriais distribuídas em um pequeno número de bispados.

Congregação do Sagrado Coração de Jesus) e o padre Dr. Manoel Gonçalves Soares d'Amorim³³ (antecessor do padre Júlio Maria no cargo de vigário daquela paróquia).

A festividade não se restringiu àquela solenidade, mas se estendeu por vários dias, verificando-se inúmeras atividades como a transladação do Santíssimo Sacramento, saindo da igreja de Nossa Senhora da Conceição em Pedras de Fogo – PB para a matriz de Itambé, e a administração do Sacramento da Crisma para os fiéis da comunidade, ministrado pelo cônego arcipreste, presente na comunidade (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 2v).

As relações amistosas estabelecidas, pelo novo vigário, com as autoridades locais, o ajudaram a desenvolver seus trabalhos na paróquia, implementando uma série de ações voltadas à assistência aos necessitados e ao revigoramento da fé católica no município.

Já nos primeiros anos de sua posse, o padre Júlio Maria deu início a uma dinâmica de restauração e instauração de várias congregações e devoções. Essas irmandades tinham uma característica peculiar, estavam em consonância com as novas diretrizes apresentadas pela Igreja Católica, que exigia desses grupos, um perfil voltado para o fortalecimento da fé dogmática, da moral e da caridade cristã, expressa no auxílio aos necessitados.

Em cinco de janeiro de 1889, o clérigo restaurou a devoção ao Senhor Bom Jesus dos Passos³⁴ e, em 15 de maio de 1891, instaurou a irmandade de mesmo nome. Entretanto, essa confraria não foi aprovada pelo bispo de Olinda na época, Dom João Fernando Santiago Esberard, restando na comunidade apenas a devoção dos fiéis, sem a fundação de uma associação específica.

Foi também em 1889, mais precisamente em 24 de fevereiro, que o vigário inaugurou a Pia Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP). Os vicentinos tiveram uma atuação importante no município, uma vez que ficaram responsáveis pela administração de uma escola noturna, inaugurada em seis de junho de 1891. Essa escola funcionava no consistório da igreja matriz, cuja participação total, em 1906, chegou a 84 pessoas (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 3v-7v; 76v).

Essa mesma confraria, também cuidava dos trabalhos realizados no Hospital Asilo São Vicente de Paulo – construído por iniciativa do novo vigário e inaugurado em 15 de novembro de 1892.

³³ Além de antecessor do padre Júlio Maria do Rego Barros na paróquia de Nossa Senhora do Desterro, o clérigo veio a ser o primeiro prefeito de Itambé, após o estabelecimento do regime republicano e a criação do município, com autonomia legislativa, em oito de fevereiro de 1893.

³⁴ A pesquisa sobre a devoção ao Senhor Bom Jesus dos Passos na comunidade de Itambé, no arquivo da paróquia de Nossa Senhora do Desterro, revelou apenas que sua restauração ocorreu em 1889, como está citado no texto acima. Não sendo encontradas, no acervo, outras informações sobre o tema, como o registro do início da devoção ou a data da aquisição da imagem do santo pela paróquia.

Sobre essa entidade, o próprio padre Júlio Maria, registrou em livro paroquial – mediante transcrição do termo de garantia para a conservação daquela instituição – que o terreno onde fora construído o imóvel hospitalar, pertencia a municipalidade e, por ela, cedido gratuitamente sem pagamentos de foros (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 57v).

No decorrer do tempo, essa construção se tornou o principal espaço para os trabalhos sociais desenvolvidos pela confraria vicentina, que era presidida pelo próprio vigário.

Ao longo dos anos, outras devoções, associações e irmandades foram sendo instauradas pelo clérigo. A adoração ao Sagrado Coração de Jesus, através do Apostolado da Oração (AO) – que permanece ativo até os dias atuais – foi inaugurada no dia primeiro de junho de 1890.

Mais tarde, em dois de março de 1902, teve início a Pia Associação da Sagrada Família de Nazareth. Uma congregação estabelecida pelo Papa Leão XIII, com base em sua Carta Apostólica *Neminem Fugit*, publicada em 14 de junho de 1892. Essa associação tinha um caráter devocional e catequético com o objetivo de fortalecer as famílias cristãs, a partir do exemplo da Família de Nazaré.

No dia primeiro de novembro de 1906, foi a vez da instauração do Instituto da Infância Cristã, idealizado pelo cônego João Chrysostomo de Paiva Torres³⁵. Voltado para o público infantil, no dia de sua instauração, esse movimento já contara com a inscrição de trinta e oito crianças, revelando a participação, inclusive dos mais jovens, nas atividades paroquiais (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 77v-78).

Outros grupos foram introduzidos na paróquia mais tardiamente, porém, com não menos entusiasmo por parte do vigário.

Entre esses novos grupos, podemos citar a Associação de Caridade Obra de Misericórdia, estabelecida em quatro de outubro de 1910, cuja principal finalidade era a confecção de vestimentas para a população mais necessitada do município.

Outra associação, foi a Pia União das Filhas de Maria, inaugurada em oito de setembro de 1917. Essa irmandade, também possuía características evangelizadoras e devocionais, pois acolhia jovens de diversas classes sociais e as orientava a viverem a fé, a modéstia e a moral, dentro daquela sociedade (MANUAL, 1961, p. 24).

³⁵ Foi um sacerdote católico. Segundo Câmara Cascudo (1955, p. 503-504 *apud* ALBUQUERQUE, 2017, p. 76), nasceu no ano de 1825, na Freguesia de Martins, Província do Rio Grande do Norte e faleceu em 1874 na Freguesia de Igarapu, Província de Pernambuco. Sua ordenação presbiteral ocorreu em Olinda, em 1847. Exerceu diversas cargos e funções nessa diocese: visitador, vigário capitular, cônego e, como afirma padre Fernando Pedreira de Castro (2016, p. 40-41), governador do Bispado de Pernambuco – nomeado provisoriamente por Dom Vital até a sua posse – entre os dias três de abril de 1872 e 29 de maio do mesmo ano. Foi o idealizador e fundador do Instituto da Infância Cristã, um movimento voltado para catequização das crianças.

O vigário instaurou ainda, em seis de outubro de 1918, a Associação dos Santos Anjos, que preparava as crianças para, posteriormente, ingressarem na Pia União das Filhas de Maria e, de acordo com Stella Lacerda (1956, p. 61), em 10 de dezembro de 1918, uma associação de homens sob a proteção de Santo Tomás de Aquino denominada, Círculo Católico.

Além das confrarias, outras atividades tiveram espaço na administração do novo vigário. As Santas Missões, por exemplo, conduzidas por padres missionários com a finalidade de evangelizar e distribuir os sacramentos no interior do país, foram inúmeras vezes realizadas e registradas na paróquia como um fenômeno de grande participação. Como observamos em registro no livro de tombo, datado do ano de 1896:

No dia 11 de maio do corrente anno, á meu convite, chegarão a esta cidade os Rv.^{mos} padres da Congregação da Missão, José Maria e Pedro Venturini para pregar uma missão, como effectivamente fizeram. Durante os sete dias que aqui estiveram forão crismadas 2129 pessoas, casarão-se 68 de diversas freguesias, forão baptizadas 80 crianças e confessarão-se mais de duas mil pessoas. [...] As missões forão muito concorridas, calculando-se a missão dos assistentes á procissão final em cerca de oito mil pessoas. [...] Itambé, 19 de maio de 1896. Vigário Júlio Maria do Rego Barros. (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 68v).

Vale destacar que essas atividades, assim como as outras já mencionadas, estavam inseridas nas ações de reestruturação do catolicismo no Brasil, propostas pela Cúria Romana e seguidas por vários bispos e presbíteros do país.

O padre Júlio Maria, na verdade, não estava realizando um trabalho inédito na Igreja, mas executando, em sua paróquia, um modelo de administração cujas características são similares ao governo paroquial de vários outros vigários, naquele período.

A maioria das instaurações das irmandades realizadas pelo sacerdote, por exemplo, buscavam fortalecer a moral e os costumes da sociedade e a espiritualidade católica, apontadas pela hierarquia da Igreja como essenciais para os fiéis.

Talvez o elemento mais pessoal, inserido pelo vigário nos trabalhos desenvolvidos na paróquia, foi a promoção da caridade. As principais irmandades instauradas por ele, estavam voltadas para a assistência aos pobres e doentes da comunidade, revelando a atenção do clérigo para com esta pauta. Preocupação já demonstrada desde a sua atuação no campo da política partidária.

Essa observação é importante, porque nos sugere o questionamento sobre a dinâmica utilizada, por alguns desses grupos, para a manutenção dos trabalhos voltados à população pobre do município. As atividades desenvolvidas pelos confrades no Hospital Asilo São

Vicente de Paulo não eram remuneradas, porém, as despesas oriundas dessas ações, exigiam, de todos os envolvidos, um esforço para a arrecadação de capital que sustentasse aquela iniciativa.

Stella Lacerda (1956, p. 42) afirma que a instituição (hospital asilo) era mantida através do auxílio da confraria, de uns poucos recursos do vigário e de um esmoleiro, enviado aos engenhos da região, com o intuito de recolher recursos indispensáveis para o asilo.

É importante lembrarmos que alguns engenhos da região pertenciam a familiares do clérigo. Além disso, algumas autoridades da cidade também possuíam relações de parentesco com o vigário, a exemplo do senhor Augusto Guedes Correia Gondim, cunhado e primo do vigário, que ocupou, por alguns anos, o cargo de Promotor Público daquela comarca.

Pertencente a uma família da aristocracia rural que, como vimos no capítulo anterior, era composta de políticos, senhores de engenho e autoridades locais – pessoas que possuíam uma estabilidade financeira – o padre Júlio Maria dispôs de seu *status* e da relação de parentesco com vários desses indivíduos, para arrecadar fundos que viabilizassem os seus projetos.

Essa estratégia certamente obteve sucesso, visto as diversas arrecadações e doações, realizadas pelo grupo mais abastado da sociedade itambeense em benefício da Igreja; identificadas no acervo paroquial. Um bom exemplo, foi a doação de um sino, pela senhora Francisca das Neves do Engenho Meirim, em 1891. Outro, foi a compra de uma sarafina³⁶ para a matriz da cidade, por iniciativa da senhora Maria de Lourdes Bezerra de Menezes, em 1896 (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 8v; 68v).

Sendo um bom comunicador e homem de muitos contatos, o padre Júlio Maria não se limitou a utilizar do seu poder de persuasão sob as autoridades locais.

De acordo com Stella Lacerda (1956, p. 46), a partir de 1895, o clérigo conseguiu, junto ao governador Barbosa Lima³⁷, uma colaboração que veio a se tornar uma valiosa ajuda para a manutenção dos serviços disponibilizados no Hospital Asilo São Vicente de Paulo.

³⁶ É um instrumento musical de teclas, com características que lembram um órgão. Na verdade, é um tipo de harmônio, conhecido também como órgão de fole. Esse instrumento era utilizado nos templos católicos para criar um ambiente propício para a oração e a contemplação.

³⁷ Segundo Lúcia Gaspar (2003), Alexandre José Barbosa Lima foi Presidente de Pernambuco [equivalente a governador] entre os anos 1892 e 1896. Nasceu na cidade do Recife em 23 de março de 1862. Era defensor de ideias abolicionistas e apoiador do regime republicano. Foi indicado por Floriano Peixoto na disputa eleitoral para o governo de Pernambuco. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 9 de janeiro de 1931.

Inicialmente, o representante do executivo estadual disponibilizou uma quantia de dois contos de réis³⁸ e, posteriormente, manteve uma doação anual em favor daquele estabelecimento.

Aliás, ao que parece, esse poder de persuasão foi uma característica marcante nas primeiras décadas de sua trajetória na paróquia de Itambé.

Essa afirmação se baseia no modo como o vigário conseguiu, com uma aparente facilidade, várias autorizações de seus superiores, dentro da hierarquia da Igreja, para a negociação e aplicação de diversos bens da paróquia.

É fundamental esclarecer que a fonte analisada – a saber, o livro de tombo da paróquia de Itambé, volume 1 – revela que essas negociações não foram para benefício particular, mas em favor da própria igreja paroquial. Ainda assim, sabendo que, inúmeras vezes, há certa prudência por parte dos prelados quanto à permissão dessas operações financeiras, se observa, nesse caso, a existência de uma estreita relação de amizade, confiança e prestígio entre o vigário e as demais autoridades eclesiásticas, como os bispos, responsáveis pela diocese, e até o internúncio³⁹ do Brasil, que facilitaram a efetivação desses negócios.

A respeito dessa relação de confiança e amizade entre o vigário e seus superiores, Stella Lacerda (1956, p. 61) comenta: “[...] da Diocese de Olinda e Recife, cujos Bispos, desde o imortal Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, tiveram sempre para a freguesia e seu Pastor tôda consideração e demonstração de carinho e dedicação paternas”.

O quadro a seguir, nos ajuda a identificar algumas dessas transações e aplicações do patrimônio da paróquia, realizadas pelo vigário Júlio Maria durante as primeiras décadas de sua administração:

Quadro 2 – Negociações e aplicações do patrimônio da paróquia de Itambé - 1888-1918 (continua)

Data	Atividade	Valor	Investimento	Autorização
24/06/1891	Venda de duas casas (1 de taipa e 1 de tijolos) ao sr. Antônio Ferreira da Silva, por não haver recursos para reforma-las e mantê-las em posse da paróquia.	50\$000	Entregue ao fabricante para manutenção da igreja matriz	Dom João Fernando Santiago Esberard (1890-1893). 22º Bispo de Olinda.

³⁸ De acordo com Neuza Guerreiro de Carvalho (2005), entre os anos de 1833 e 1942, a equivalência da moeda era de: mil e duzentos réis (1\$200) para cada 3,586 gramas de ouro. Sendo assim, a quantia de dois contos de réis (2:000\$000), correspondia a 5,976kg de ouro. Entretanto, segundo a autora, no ano de 1895, o aluguel de uma casa na cidade de São Paulo custava 300 mil réis (300\$000), ou seja, o valor doado pelo governador de Pernambuco, daria para pagar pouco mais de seis meses de aluguel de uma casa na cidade de São Paulo.

³⁹ A internúncia é um cargo eclesiástico de caráter político. Logo, um internúncio é um representante diplomático do Papa [Vaticano] em um determinado país.

Quadro 2 – Negociações e aplicações do patrimônio da paróquia de Itambé - 1888-1918 (continuação)

Data	Atividade	Valor	Investimento	Autorização
18/08/1892	Venda de um patrimônio [terras] da capela de Nossa Senhora do Monte, no Engenho Caxoeira, ao sr. José Antônio Pereira Guedes	1:160\$000	Obras do hospital São Vicente de Paulo [asiló]. Capela de Santa'ana, [sítio oratório]. Capela de Nossa Senhora do Rosário [Distrito de Caricé]. Capela de Nossa Senhora do Desterro [antiga matriz]. Igreja matriz.	Dom Frei Girolamo Maria Gotti – O.C.D 10º Internúncio Apostólico Dom João Fernando Santiago Esberard (1890-1893). 22º Bispo de Olinda.
3/11/1893	Aplicação de valores arrecadados por iniciativa do povo liderado por Joaquim José Rodrigues de Paiva para reforma da capela de Nossa Senhora do Desterro [antiga matriz].	979\$260	Capela de Nossa Senhora do Desterro [antiga matriz]	...
17/07/1905	Venda de um oratório sem imagem, pertencente, por doação, à igreja matriz.	...	Igreja matriz	Dom Luiz Raymundo da Silva Britto (1901-1915). 1º Arcebispo de Olinda.
14/02/1906	Venda de um turíbulo quase inutilizado e um par de brincos	...	Compra de uma caldeirinha para igreja matriz	Dom Luiz Raymundo da Silva Britto (1901-1915). 1º Arcebispo de Olinda.
19/01/1911	Aplicação de valores.	770\$140	Reforma da igreja matriz	Dom Luiz Raymundo da Silva Britto (1901-1915). 1º Arcebispo de Olinda.
13/11/1912	Aplicação do valor recebido, através de doação da Sra. Joana [tia do vigário], viúva do Cel. Antônio Guedes Correia Gondim, em legado à capela de São Sebastião no Engenho São Sebastião	164\$000	Compra de objetos e utensílios litúrgicos para capela de São Sebastião e para igreja matriz	Dom Luiz Raymundo da Silva Britto (1901-1915). 1º Arcebispo de Olinda.
12/04/1913	Venda de um sacrário e uma imagem pequena, oferecida à capela de São Sebastião.	50\$000	Capela de São Sebastião	Dom Luiz Raymundo da Silva Britto (1901-1915). 1º Arcebispo de Olinda.
14/06/1913	Aplicação do valor do foro do patrimônio [terreno] da capela de São Sebastião.	172\$000	Compra de objetos e utensílios litúrgicos para capela de São Sebastião e para igreja matriz	Dom Luiz Raymundo da Silva Britto (1901-1915). 1º Arcebispo de Olinda.

Quadro 2 – Negociações e aplicações do patrimônio da paróquia de Itambé - 1888-1918 (conclusão)

Data	Atividade	Valor	Investimento	Autorização
14/01/1918	Venda de uma catacumba [túmulo] no cemitério paroquial para o sr. Francisco Paulino de Arruda Gouveia.	200\$000	Obras na igreja matriz	Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1916-1921). 2º Arcebispo de Olinda e Recife.

Fonte: elaborado com base em texto de Livro de Tombo (1888-1918).

Analisando o quadro acima, observamos que, aparentemente, as negociações do patrimônio da paróquia tinham como finalidade a reestruturação dos ambientes religiosos, com atenção para a igreja matriz e as principais capelas da freguesia.

A renovação do espaço religioso, através da compra de novos objetos e utensílios litúrgicos, reformas dos templos e a aquisição de novas imagens, foram uma constante na paróquia de Itambé, durante as primeiras décadas da administração paroquial do vigário Júlio Maria.

Mais uma vez, é importante salientar que esse fenômeno não foi uma exclusividade local. A reorganização das pequenas paróquias do país, entre o final do século XIX e início do século XX, foram bastante comuns e contaram com a participação dos fiéis leigos, através da arrecadação ou doação de valores monetários e diversos bens, inclusive de imagens para os templos católicos.

Na paróquia de Itambé, assim como em muitos lugares pelo Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, várias imagens de santos foram doadas por associações, irmandades e particulares. A imagem do Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, veio da cidade de Paris (França), em 23 de dezembro de 1893, encomendada e doada à matriz pelas senhoras do Apostolado da Oração (M.D.F.V., 1893, p. 3). Já a Imagem de Nosso Senhor Morto, foi doada pelos franciscanos do Convento de São Francisco da cidade de Igarassu – PE, em 1901 (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 71).

Acerca dessa prática, ao refletir sobre a paróquia de Itabaiana, em Sergipe, Souza (2008) afirma: “Ao que parece, a aquisição de imagens de santos para a Matriz, por parte de fiéis mais abastados era uma prática comum em toda província sergipana. [...]”. (SOUZA, 2008, p. 120).

Ainda analisando o quadro exibido acima, percebemos que, em uma das negociações apresentadas, constam informações valiosas que revelam algumas das razões que levaram o vigário Júlio Maria a adotar a estratégia de negociação dos bens paroquiais.

Vejamos, então, um fragmento da primeira solicitação de venda desses bens, enviada, pelo vigário, ao bispo Dom João Fernando Santiago Esberard, em 24 de junho de 1891:

[...] possuindo a matriz d'esta freguezia duas pequenas casas em pessimo estado sendo uma de taipa e a outra de tijolo, podendo valer uns trinta ou quarenta mil réis, não tendo a mesma matriz com que reparal-as, parece-me mais conveniente vendel-as, para o que peço a competente licença. (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 8).

No texto, podemos observar que o estado financeiro da paróquia não era um dos melhores, o que fez o vigário iniciar uma dinâmica de negociações, visando a arrecadação de recursos que assegurasse os serviços básicos da paróquia.

Essa mesma fonte, nos ajuda a compreender os motivos pelos quais o padre Júlio Maria preferiu utilizar uma estratégia própria para a arrecadação de capital em benefício do hospital São Vicente de Paulo. Se dependesse apenas dos recursos da paróquia, não conseguiria desenvolver seu projeto social.

Outra ação desenvolvida, durante a trajetória do vigário Júlio Maria no município de Itambé, foi a intensificação de construções, inaugurações e bênçãos de símbolos e monumentos católicos na comunidade.

Essas esculturas, além de cumprirem a função de evangelização, tinham a finalidade de mostrar a presença e a influência da Igreja Católica na região. Lembremos que um dos elementos decorrentes da proclamação da República no Brasil foi o estabelecimento do Estado Laico, através do Decreto nº 119-A, de sete de janeiro de 1890, que resultou na separação da Igreja e do Estado, fato que exigiu da instituição a realização de novas estratégias de atuação.

Fiel às ideias e ao projeto da Igreja e no auge de seu prestígio e vigor físico – indispensável para o ritmo de trabalho adotado pelo clérigo – o vigário Júlio Maria solicitou e incentivou a construção de alguns monumentos católicos na cidade, bem como a realização de eventos alinhados à perspectiva das autoridades eclesiais da época.

São vários os exemplos, porém, três ganharam destaque por estarem disponíveis à visitação popular – foram construídos em espaços públicos – e por se encontrarem em razoável estado de conservação.

Essas obras ganharam atenção por parte do vigário, exatamente por corresponderem aos critérios apresentados nos parágrafos acima, tornando-se símbolos da força do catolicismo na comunidade.

O primeiro desses monumentos, foi uma grande cruz de madeira (APÊNDICE B), levantada em um ponto afastado de uma das vias da cidade, conhecida no período como Rua

das Cobras. Essa avenida, era a principal via de acesso entre os municípios de Itambé e Goiana.

Pela posição em que fora erguido, esse símbolo cristão tinha como alvo os indivíduos que ali passassem, tanto aqueles que chegassem ao município, vindos de Goiana e regiões circunvizinhas, quanto os que saíssem dele, em direção a essas mesmas localidades.

A obra foi construída a pedido do então delegado e chefe de polícia da comarca, o senhor Antônio Alves da Rocha, que solicitou ao vigário Júlio Maria que abençoasse aquele monumento. A bênção solene da cruz aconteceu no dia quatro de abril de 1897 e, a partir de então, aquela rua ficou conhecida como Rua da Cruz. Na medida em que a cidade foi crescendo, esse nome foi mudando e, atualmente, o monumento encontra-se numa praça conhecida popularmente como Praça do Cruzeiro.

O segundo grande símbolo cristão, erguido no município durante a administração paroquial do vigário Júlio Maria, foi a escultura em homenagem a Jesus Redentor (ANEXO D).

Medindo em torno de quatorze metros de altura, a obra foi erguida em frente ao Hospital São Vicente de Paulo.

De acordo com Stella Lacerda (1956, p. 47-49), a escultura foi pensada como um símbolo de consagração e agradecimento a Deus pelo início do novo século e pelo cumprimento das atividades propostas em uma Carta Pastoral, publicada em 18 de agosto de 1896, por Dom Manoel dos Santos Pereira – bispo de Olinda na época – cujo conteúdo refletia sobre os males causados por um surto de varíola e febre amarela que assolava a região.

Para a concretização do projeto, foi criada uma comissão organizadora, responsável pelo planejamento dos festejos, que foi dividido em duas etapas: a primeira, correspondia a uma série de conferências públicas, com temas específicos, que seriam ministradas por algumas autoridades locais durante as festividades; a segunda etapa, visava a construção de um momento com a imagem de Jesus Redentor.

As obras tiveram início em 11 de novembro de 1900, tendo o seu trabalho dividido entre dois artistas. A coluna foi construída pelo artista Evaristo de Miranda, enquanto a imagem, foi elaborada pelo artista Venâncio Freire de Maria.

A inauguração da escultura ocorreu em 31 de dezembro daquele mesmo ano e foi antecedida por vários eventos que contaram com a presença de alguns religiosos como o Frei Armando e demais missionários franciscanos, além de uma intensa participação popular.

O outro importante símbolo católico, erguido na administração do clérigo, foi o monumento em honra a Imaculada Conceição de Maria (ANEXO E).

O projeto visava a comemoração do 50º aniversário do Dogma da Imaculada Conceição de Maria, proclamado em oito de dezembro de 1854, pelo Papa Pio IX, através da Bula Pontifícia⁴⁰ *Ineffabilis Deus*.

A obra teve início em 12 de novembro de 1904, com a bênção da primeira pedra do altar – integrado à escultura – realizada pelos clérigos da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, os padres Bernardo SCJ e Francisco Xavier SCJ (superior dessa congregação na região).

A inauguração do monumento ocorreu apenas no ano seguinte, em 22 de dezembro de 1905. A solenidade de dedicação contou com a presença de vários clérigos das comunidades vizinhas e da autoridade episcopal a quem estavam submetidos o vigário e a paróquia, o primeiro Arcebispo de Olinda, Dom Luiz Raymundo da Silva Britto, que presidiu a celebração com grande solenidade.

Às vésperas das festividades natalinas, a visita do bispo à cidade – motivada pelo evento – se estendeu até o dia seguinte, o que propiciou a realização de diversas outras cerimônias, como descreve o próprio vigário Júlio Maria em livro de tombo da paróquia:

[...] Forão chrimadoas duzentas e tantas pessoas. Houve também no dia 22 e pelo mesmo Ex.^{mo} e Rv.^{mo} Sr. bispo a benção do monumento de Jesus Redemptor, pintado de novo. No dia 23 sabbado o Ex.^{mo} e Rv.^{mo} Sr. Bispo celebrou o santo sacrificio da Missa no altar do monumento da Immaculada Conceição [...]. (LIVRO DE TOMBO, 1888-1918, p. 76v).

Todas essas ações adotadas pelo vigário Júlio Maria na administração da paróquia Nossa Senhora do Desterro de Itambé, refletiam o modelo de sacerdote, desejado pela Santa Sé.

Como afirma Souza (2008, p. 128-129), a Igreja esperava de seu clero um espírito de autênticos soldados de Cristo, combatentes na guerra entre o bem e o mal e colaboradores dos verdadeiros desígnios de salvação do mundo promovidos por Deus, onde a principal arma era o zelo dos párocos nas suas paróquias e o resultado era o retorno dos fiéis à Sã Doutrina da

⁴⁰ Também chamada de Bula Papal, é um documento no formato de alvará, publicado pela Chancelaria Apostólica, contendo a assinatura do Papa e o selo pontifício. Nela são tratados assuntos diversos, como nomeações de bispos, conteúdos administrativos, jurídicos e até de fé.

Igreja, respondendo, sem negar, a existência de um “mundo moderno”, ao qual ela tinha de adaptar seus passos e orientar a sociedade (Vide Encíclica *Rerum Novarum*⁴¹).

O efeito das ações desenvolvidas pelo vigário Júlio Maria na comunidade de Itambé, refletido pelos trabalhos de revitalização das irmandades, construção e inauguração de símbolos católicos e as ações caritativas junto aos necessitados, foi o surgimento, sob a sua figura – dentro do imaginário popular – da representação de um homem virtuoso: piedoso, fiel aos dogmas e a moral, trabalhador, honrado e santo. Como diria Souza (2008, p. 133), um bom pároco.

Além disso, dentro dessa fase áurea da trajetória do clérigo no município, um outro fenômeno decorrente da atuação do vigário na comunidade foi a intensificação da participação dos fiéis nas dinâmicas paroquiais, através das diversas irmandades, e a concretização dos ideais da Cúria Romana, pensados para as igrejas locais.

Entre esses ideais, vigorava o pensamento de que as paróquias deveriam conservar de modo disciplinar, através de intensos trabalhos e uma rígida administração paroquial, a Doutrina Católica⁴².

Como observamos neste capítulo, essa dinâmica foi adotada pelo vigário Júlio Maria, gerando reflexos na sociedade e em sua imagem, perante a opinião pública. Entretanto, nos anos seguintes, o surgimento de novos elementos tornou a execução desse projeto mais difícil, exigindo um esforço ainda maior do religioso e gerando consequências relevantes em sua trajetória, como veremos adiante.

⁴¹ É uma Carta Encíclica escrita pelo Papa Leão XIII, publicada em 15 de maio de 1891. Aborda a evolução das relações de trabalho, refletindo especialmente sobre as condições dos trabalhadores operários.

⁴² É um conjunto de doutrinas – baseadas na Tradição da Igreja, na Sagrada Escritura e no Sagrado Magistério – que a Igreja Católica considera como verdades de fé e ensinamentos do próprio Cristo, como se lê no parágrafo 427 do Catecismo da Igreja Católica (CIC, 2011, p. 120-121).

5 UM TEMPO DE MUDANÇAS: A ATUAÇÃO DO PADRE JÚLIO MARIA ENTRE OS ANOS DE 1918 E 1932

Vimos até aqui, que o trabalho desenvolvido pelo vigário Júlio Maria, nas primeiras décadas de sua administração paroquial em Itambé, foi marcado principalmente pela estratégia de revitalização da Doutrina Católica, através do estabelecimento das irmandades e outras atividades pastorais; pela restauração dos espaços celebrativos, por meio de reformas e da aquisição de objetos e utensílios litúrgicos, em benefício da igreja matriz e demais capelas; e pela organização dos trabalhos sociais, mediante os serviços prestados no Hospital Asilo São Vicente de Paulo.

Considerando a difícil situação financeira e pastoral da paróquia de Nossa Senhora do Desterro – encontrada pelo vigário, a partir de sua posse, com poucos recursos e um nítido esfriamento devocional por parte da comunidade, o que lhe exigiu uma vigorosa atuação – o desempenho do vigário Júlio Maria, terminou por ser positivo, especialmente para a Igreja Católica, uma vez que se identificou, naquela comunidade, uma maior participação dos fiéis, dentro da perspectiva esperada pelas autoridades eclesiásticas (ANEXO C).

A imagem do bom pároco, não teve reflexo somente na população, mas também no âmbito eclesiástico, e o reconhecimento pelos serviços prestados veio, por parte da Igreja, na medida em que o religioso foi desenvolvendo os seus trabalhos frente à paróquia.

Esse reconhecimento à pessoa do vigário Júlio Maria se confirmou através de diferentes condecorações, seja através da designação de uma função específica na diocese, de uma homenagem, ou ainda, através de uma concessão de um título eclesiástico.

A partir de 1903, por exemplo, o vigário foi chamado a exercer a função de cônego⁴³ na diocese de Olinda.

Mais tarde, em outubro de 1917, foi designado pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra⁴⁴ – como destaca Stella Lacerda (1956, p. 60) – a

⁴³ É um padre que pertence a um colegiado de presbíteros, responsável pelas funções litúrgicas solenes na igreja catedral (sede de um episcopado) ou basílicas específicas.

⁴⁴ Nasceu em São Paulo, em 29 de janeiro de 1882. Ordenou-se sacerdote em 28 de outubro de 1904 e foi sagrado bispo auxiliar do cardeal Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti – arcebispo do Rio de Janeiro – em 24 de março de 1913. Foi promovido, em 1916, pelo Papa Bento XV, para exercer o ofício episcopal, como o segundo Arcebispo de Olinda e Recife (1916-1921), onde também atuou como membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Em 1921, foi transferido para o Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de arcebispo coadjutor, com o direito de suceder o cardeal Arcebispo Joaquim Arcoverde. No Consistório de 18 de abril de 1930, foi convocado pelo Papa Pio XI e nomeado cardeal da Igreja Católica. (CÂMARA, 2009, p. 34-36).

representá-lo em “Visita Pastoral⁴⁵ nas paróquias servidas pela via férrea do sul do Estado”, recebendo para a missão a jurisdição de vigário geral.

Em nove de fevereiro de 1929, dentro do evento de comemoração pelo 50º aniversário sacerdotal do clérigo, organizado pelo clero da jovem diocese de Nazaré, criada em 1918, e por familiares do religioso – cerimônia realizada durante a execução de uma das Visitas Pastorais à paróquia – o vigário Júlio Maria, recebeu uma gentil homenagem dos irmãos no sacerdócio e de diversos grupos da comunidade paroquial de Itambé.

Ainda, segundo Stella Lacerda (1956, p. 62), o evento contou com a presença de autoridades civis, como o secretário de agricultura do Estado de Pernambuco na época, o Dr. Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque, e autoridades religiosas, como o Bispo Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela e diversos clérigos da Diocese de Nazaré e Arquidioceses, da Paraíba e de Olinda e Recife.

Contou ainda com a participação de vários fiéis paroquianos, que fizeram a entrega de alguns presentes, como um quadro com a imagem do vigário, oferecido pelos membros do Apostolado da Oração, associação instituída na paróquia pelo pároco, em 1890.

Fotografia 1 – Quadro do vigário Júlio Maria, presente do Apostolado da Oração em 1929



Fonte: Do autor (2021).

Nota: O quadro com a imagem do vigário Júlio Maria encontra-se, atualmente, na residência paroquial, no município de Itambé.

⁴⁵ Também conhecida como Visita Canônica, trata-se de uma visitação, de um bispo ou de seu representante, a paróquias que compõem uma determinada diocese, que por sua vez está sob responsabilidade do mesmo prelado. De acordo com o Código de Direito Canônico, o bispo diocesano está obrigado a apresentar, a cada cinco anos, um relatório ao Papa sobre o estado da diocese que lhe está confiada (Cân. 399). Sendo assim, a orientação é que ele realize todos os anos visitas pastorais, de modo que, ao menos a cada cinco anos, ele tenha visitado todo o território diocesano (Cân. 396). (CDC, 1983, p. 72).

A cerimônia teve bastante repercussão na imprensa, com artigos publicados em jornais da capital pernambucana – a exemplo do Jornal de Recife, em sua edição de primeiro de março de 1929 – e de periódicos da capital do país, como o artigo estampado no, O Jornal, da cidade do Rio de Janeiro, publicado em 17 de fevereiro daquele ano, no qual o vigário de Itambé é apontado como o Cura D’Ars do Brasil⁴⁶, como verificamos a seguir:

Hoje em uma pequena cidade, do Estado de Pernambuco, nos limites com a Parahyba, o bispo de Nazareth, o clero e o povo têm uma data feliz, commemorando o quinquagesimo aniversario da ordenação sacerdotal do conego Julio Maria do Rego Barros, vigário de Itambé, que póde ser chamado o cura d’Ars do Brasil. Dando-lhe este nome, tenho resumido e synthetizado toda a sua vida que foi a de um dos mais exemplares e fervorosos operários da vinha de Jesus Christo. E’ tão nobre e cheia de serviços a folha de serviços do vigário de Itambé, [...] ‘O conego Julio legará á família Corrêa de Oliveira um patrimonio mais honroso do que o conselheiro João Alfredo. [...] O conego Julio é aclamado como um santo, por uma população, que o venera e o conhece, desde a infância até hoje. O seu nome é um ensinamento, a sua vida um exemplo. Quem o vir, tão pequenino e magro como o cura d’Ars, tão leve como se não tivesse mais nada, que lhe apegasse á terra, com a voz doce e carinhosa de um terníssimo pastor, não trepida logo em afirmar que se acha deante de um santo e de um dos mais perfeitos imitadores de Jesus Christo. [...]. (MELLO, 1929, p. 19).

Mas, foi somente em 18 de maio de 1930 que, o então septuagenário padre, recebeu o honroso título de Monsenhor, da classe dos Prelados Domésticos, concedido pelo Papa Pio XI.⁴⁷

A entrega do Breve Apostólico⁴⁸, com a concessão do título, foi realizada pelo Bispo Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela, na companhia do Pe. Fernando Passos, vigário de Goiana – figura importante na trajetória do padre Júlio Maria, que será abordada mais adiante – e do seminarista Nicolau (LIVRO DE TOMBO, 1930-1936, p. 1v-2).

Esse reconhecimento, por parte da Igreja Católica, foi sem dúvida importante, uma vez que ele revela a repercussão positiva que o trabalho desenvolvido pelo padre Júlio Maria teve na sociedade itambeense, bem como na diocese em que estava inserido. Entretanto, essa condecoração chegou em uma fase distinta daquela abordada no capítulo anterior.

⁴⁶ O termo Cura d’Ars é designado ao patrono dos párocos, São João Batista Maria Vianney (1786-1859), que a partir de 1818, desenvolveu um importante trabalho de evangelização na comunidade de Ars, na França. Sua intervenção, no local, obteve destaque junto à opinião pública e logo a fama de seus dons e santidade se espalharam pela Europa, resultando em inúmeras caravanas de fiéis, com destino ao pequeno vilarejo francês e o objetivo de ver e de se confessar com o Cura d’Ars.

⁴⁷ Monsenhor, é um título eclesiástico concedido pelo Papa a alguns sacerdotes, seja pela execução de algumas funções eclesiásticas ou por reconhecimento pelos serviços prestados à Igreja. Antes de 1968, existiam 14 classes de monsenhores, entre eles o de Prelado Doméstico, que possuía um caráter honorífico. Em 2013, após a sua eleição para ocupar a cátedra de Pedro, o Papa Francisco restringiu a concessão do título de monsenhor.

⁴⁸ É um documento pontifício de caráter circular. Geralmente é curso. É assinado pelo próprio Papa e conta com a impressão do anel de pescador, símbolo do papado.

Isso nos leva a questionar sobre quais foram as mudanças ocorridas nesse período, para que se entenda essa fase como diferenciada da precedente.

Essa nova fase, em que foram organizadas homenagens e concedido o título de monsenhor ao vigário Júlio Maria, foi um período marcado por importantes transformações políticas, sociais e econômicas, como destaca Brum (1999, p. 170-171). Mudanças que motivaram a realização de novas dinâmicas de trabalho paroquial que, de modo gradativo, foram se estabelecendo no município, evidenciando o contexto de transformações, não apenas na vida do clérigo, mas na política da Igreja e na própria comunidade.

Como vimos anteriormente, o ritmo de trabalho do então vigário Cônego Júlio Maria, no município de Itambé, era bastante intenso e certamente exaustivo. Ainda mais quando, entre os anos de 1906 e 1919, o padre conciliou a função de vigário colado, na paróquia de Itambé, com a regência de outras duas paróquias, a de Taquara e a de Alhandra – ambas localizadas no Estado da Paraíba.

Esse fato, corroborou ainda mais para o desgaste físico do sacerdote, como destaca Stella Lacerda (1956, p. 60), “O acúmulo de serviço da Paróquia, as grandes distâncias a vencer a cavalo magro ou a pé, o aumento da população da sua freguesia, obrigavam-no a diminuir seus compromissos, para os quais já se julgava insuficiente.”

Certamente, as longas viagens – vencidas com o auxílio de animais – e a demanda dos trabalhos desenvolvidos, exigiram do religioso um esforço físico considerável, que começou a pesar com o avançar de sua idade e, com ela, a degradação de sua saúde. O que fez o sacerdote passar a concentrar a sua atuação em algumas áreas específicas, como na administração dos sacramentos, junto aos fiéis, e no frequente registro desse trabalho, nos livros paroquiais.

Ainda assim, as fontes demonstram uma razoável movimentação dos trabalhos paroquiais, como observamos na tabela a seguir:

Tabela 4 – Movimento dos serviços religiosos na paróquia Nossa Senhora do Desterro de Itambé - PE – 1918-1925

Atividades registradas	Ano					
	1918	1919	1920	1921	1922	1925
Batizados	1.000	753	857	744	785	994
Casamentos	189	101	185	118	147	165
Óbitos	406	545	359	403	433	252
Comunhões	7.280	4.932	7.605	6.194	8.456	6.219
Extrema Unção	177	166	121	157	156	108
Viático	34	48	102	70	112	91
Confissões de Enfermos	128

Fonte: elaborado com base em texto de Livro de Tombo (1918-1929).

Nota: A ausência dos dados relativos aos anos de 1923 e 1924, na tabela, é motivada pela inexistência, nos livros de tomo da Paróquia de Itambé – PE, de registros das atividades religiosas, referentes a esse período.

O fato de um registro contínuo dessas atividades no livro de tomo, revelam ainda um outro aspecto. Essa informação indica uma aparente preocupação com o cumprimento das atividades eclesiais, evidenciando algumas mudanças na política administrativa paroquial, cujo principal objetivo passara a ser o serviço religioso, dinâmica provavelmente sugerida pela Igreja, naquele momento.

Nesse mesmo contexto, surge um outro fator que cooperou para o estabelecimento dessa nova fase na trajetória do vigário Júlio Maria e que justifica a maior atenção do clérigo ao mencionado ofício a partir de então: a criação da Diocese de Nazaré.

Dentro do processo de romanização da Igreja Católica no Brasil, que buscava atender as necessidades pastorais dos fiéis e minimizar as dificuldades de evangelização impostas pelas extensas áreas da Arquidiocese de Olinda e Recife, o Papa Bento XV, por meio da Bula Apostólica *Archidiocesis Olindensis et Recifensis*, de dois de agosto de 1918, desmembrou parte do então território arquidiocesano, criando outras três dioceses: a Diocese de Garanhuns, a Diocese de Pesqueira – que incorporou parte do território da Arquidiocese de Olinda e Recife e toda a antiga Diocese de Floresta – e a Diocese de Nazareth, localizada ao Norte do Estado de Pernambuco e composta por 18 paróquias:

Nazareth, Vicência, Lagôa Secca (hoje Upatininga, transferida para Aliança), Timbaúba, Ó de Goyanna (hoje Tupaóca, transferida para Condado), Tejucupapo (anexada a Goiana, hoje Área Pastoral São Lourenço), Goyanna, Itambé, Tracunhãem, Cruangy (anexada a Timbaúba, hoje Capela), Floresta dos Leões, Limoeiro, S. Vicente (Férrer), Bom Jardim, Queimadas (hoje Orobó), Taquaritinga (hoje pertencente à Diocese de Caruaru), Santa Cruz (do Capibaribe, hoje pertencente à Diocese de Caruaru) e Surubim. (Respeitada a ortografia da época). (DIOCESE DE NAZARÉ, 2021, p. 7)

A ideia da criação das novas dioceses, foi defendida e solicitada ao Papa Bento XV pelo próprio Arcebispo de Olinda e Recife na época, o bispo Dom Sebastião da Silveira Cintra, que entendia aquele ato como profundamente necessário “para a salvação das ovelhas a ele confiadas, como também para melhor progresso da religião.” (DIOCESE DE GARANHUNS, 2021, p. 2).

Com a promulgação da criação das novas dioceses, por parte da Santa Sé, e devido à nova divisão territorial desses bispados, a paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé passou a pertencer à Diocese de Nazaré, entrando assim em uma nova fase de sua história.

A eleição do primeiro bispo para a nova diocese ocorreu somente em três de julho de 1919. Para a função, foi nomeado o padre Ricardo Ramos de Castro Vilela (1887-1958) que, até aquele momento, exercia o cargo de pároco na cidade de Gravatá – PE.

Formado no seminário de Olinda e alinhado às diretrizes da Cúria Romana, o padre Ricardo, era um sacerdote zeloso em seus trabalhos pastorais e reconhecido pelos seus excelentes sermões, o que contribuiu para a escolha de seu nome como bispo da nova diocese, como afirma Silva (2020, p. 8), “seu zelo pastoral e sua qualidade como orador sacro, fez ser chamado ao primeiro grau eclesiástico, o episcopado”.

A sagração de Dom Ricardo, ocorreu em sete de setembro de 1919, na Catedral da Sé de Olinda, pelo Arcebispo Dom Sebastião da Silveira Cintra.

O novo prelado, era bastante firme nas posições defendidas pelo Vaticano e, seguindo uma prática habitual dos recém nomeados bispos, deu início a uma série de visitas pastorais, cuja finalidade era conhecer a realidade diocesana, identificando especialmente os seus problemas.

Ainda de acordo com Silva (2020, p. 10), a diocese de Nazaré apresentava várias falhas “pois não havia padres suficientes e muitos dos que existiam não prestavam um serviço de acordo com as regras da Santa Sé”.

A primeira Visita Pastoral de Dom Ricardo à cidade de Itambé, ocorreu entre os dias 22 e 29 de fevereiro de 1920 e seu parecer foi positivo, sugerindo ao vigário Júlio Maria apenas breves orientações, que visavam o melhoramento das práticas religiosas na paróquia, como a ampliação do ensino do catecismo e a fundação do Centro Católico para os homens da comunidade (LIVRO DE TOMBO, 1918-1929, p. 13).

Uma segunda Visita Pastoral, ocorreu entre os dias 26 e 31 de dezembro de 1924. Nela, o prelado esteve acompanhado por uma comitiva, formada pelo seu então secretário

diocesano, o Pe. Fernando Passos, pelo religioso carmelita, o Pe. Fr. Anastácio e mais dois seminaristas, Renato Corrêa e Petrônio (LIVRO DE TOMBO, 1918-1929, p. 19).

Nessa visitação, o prelado registra, no livro de tomo, sua impressão sobre a situação da paróquia e seu pároco:

[...] a) quanto á parte material: a parochia é summamente pobre, sem patrimônio, nem dotada de uma matriz casta e edificada rigorosamente sob os auspícios da arte christã; b) quanto á parte espiritual: o povo é bom, atende com obediencia aos chamados da graça divina, há pessoas altamente christans; notamos, porem, muita ignorancia nos nossos caros filhos que residem fora da cidade; habitam profundamente seja entre eles a família catholica muito maculada nos seus sagrados princípios; [...] a frequencia da Santa Eucharistia é relativamente pequena; o ensino do catecismo está em todas as capelas, assim como o Apostolado da Oração. No meio dos trabalhos apostólicos que fizemos [...] pedimos constantemente á Nosso Senhor pelo maior bem deste Nosso rebanho tão caro e tão abençoado. Muito nos edificou o nosso irmão no sacerdocio o Rv^{mo} Sr. Vigario Conego Julio Maria, apostolo que é da caridade e da pobreza. Vida ilibada, alma plena de amor de Deus, ele é digno da amizade do humilde bispo. [...]. Ricardo, bispo diocesano. (LIVRO DE TOMBO, 1918-1929, p. 18-18v).

O relato do prelado, após a sua Visita Pastoral na paróquia de Nossa Senhora do Desterro, revela alguns pontos importantes.

Primeiro, uma paróquia com nítidas dificuldades financeiras e alguns problemas pastorais. A falta de recursos não era novidade na Igreja local, no entanto, a diminuição da participação dos fiéis manifestava o início de uma nova fase da religiosidade católica na comunidade, marcada por uma diminuição devocional, fenômeno identificado pelo padre Júlio Maria em sua chegada na comunidade, em 1888.

O segundo ponto, é o modelo de comunidade paroquial, desejada por Dom Ricardo. Nela, os trabalhos de catequese e a vivência dos sacramentos por parte dos fiéis deve ser primordial, e para isso, o trabalho intensivo do pároco local se fazia necessário.

O padre Júlio Maria sempre atuou em prol desse projeto, porém, a idade avançada, que refletia num quadro de saúde sensível, começara a dificultar a sua realização. É por isso, que Dom Ricardo reconhece todo o esforço do vigário, registrando no livro paroquial uma mensagem de respeito e admiração.

É também nessa mesma perspectiva que, em sua terceira Visita Pastoral à paróquia de Itambé, em 1929, o prelado, juntamente com o seu clero e familiares do padre Júlio Maria, organizam a bela homenagem pelos 50 anos de sacerdócio do vigário; assim como, em 1930, procura articular, com sucesso, a concessão pontifícia do título de Monsenhor, ao vigário Júlio Maria.

Mesmo com as dificuldades já mencionadas e a diminuição do ritmo de trabalho, o padre Júlio Maria não parou de promover atividades na paróquia de Itambé.

Seguindo as recomendações do seu bispo, o vigário instituiu na paróquia a Associação Obra das Vocações Sacerdotais (OVS). Inicialmente, em 29 de agosto de 1924, na capela de Nossa Senhora do Rosário, na comunidade de Caricé; dois dias depois, em 31 de agosto, a cerimônia se deu na igreja matriz e, no dia 14 de novembro do mesmo ano, a associação foi instituída na capela de Nossa Senhora do Rosário, na comunidade de Camutanga (LIVRO DE TOMBO, 1918-1929, p. 17v).

Em 29 de outubro de 1929, deu início à escavação para a construção de uma capela em honra a Nossa Senhora das Dores, no cemitério local. Segundo Stella Lacerda (1956, p.66), era nesse local que o sacerdote desejava ser sepultado, após sua morte. A obra se estendeu até o dia sete de fevereiro do ano seguinte, tendo sua benção realizada, pelo vigário, em nove de fevereiro de 1930.

Os trabalhos desenvolvidos nesse período foram positivos. Entretanto, as dificuldades já mencionadas, gradativamente, foram aumentando, atrapalhando a execução do projeto de evangelização, desejado pela própria Igreja Católica, no local.

Essa situação ficou evidente, quando entre os dias 17 e 23 de agosto de 1931, foi celebrada, na paróquia de Itambé, a Semana Mariana. O evento contou com a participação de alguns sacerdotes de paróquias vizinhas, como o Pe. João Noronha, vigário de São Miguel de Taipu – PB, e o Pe. Fernando Passos, vigário de Goiana – PE, ambos, tomando parte nos trabalhos do confessorário.

O Pe. Fernando Passos, também ficou encarregado da pregação nas celebrações, durante o evento, que, a partir da chegada do Bispo Dom Ricardo à paróquia, no dia 21 de agosto, ficou a cargo do prelado.

Dom Ricardo administrou ainda outros sacramentos, como a Crisma, e deixou, no livro de tomo, o seguinte registro sobre o evento:

Visitamos esta amada parochia de Itambé onde presidimos o encerramento da 'Semana Mariana' que, segundo preceito nosso, ha de realizar-se, neste anno, em toda nossa diocese. Ficámos satisfeitos com a piedade dos nossos filhos. Realizámos uma grande sessão cujo escôpo foi a fundação de varias obras que constituem a 'Acção Social'. Recommendamos ao Rv^{mo} Parocho estas obras cujo alcance é verdadeiramente grandioso e salutar. É de justiça louvarmos o zêlo apostólico do nosso caríssimo filho Pe. Fernando Passos que de par com o Venerando Parocho, foi condutor de almas para Nosso Senhor. [...] (LIVRO DE TOMBO, 1930-1936, p. 7).

Esse escrito, revela um cenário diferente, em comparação a outros momentos de celebrações, vivenciados na paróquia. Nessa Semana Mariana, não é o pároco local que está à frente das atividades, mas o vigário da cidade vizinha, e as felicitações pelas atividades desenvolvidas, foram destinadas, em primeiro lugar, ao Pe. Fernando Passos, ficando o vigário da cidade, em segundo plano.

Esse registro de Dom Ricardo no livro paroquial, provavelmente gerou um desconforto entre as partes envolvidas. Ainda assim, o trabalho em conjunto dos sacerdotes, mesmo em situações especiais, continuou nos anos seguintes.

Em nove de junho de 1932, por exemplo, foi lançado um decreto episcopal, com o seguinte conteúdo:

Usando do nosso poder ordinário e tendo em consideração o maior bem espiritual das comunidades Religiosas em a nossa Diocese, havemos por bem nomear confessores ordinário, Pe. Fernando Passos e extraordinário o Mons. Julio Maria do Rego Barros, dos Irmãos da Sagrada Família de Goiana. Dada em Nazareth aos 9 de junho de 1932. Ricardo, Bispo Diocesano. [...] (LIVRO DE TOMBO, 1930-1936, p. 13v-14).

O desgaste do vigário estava bastante evidente. Contudo, um fato marcou de vez essa nova etapa da trajetória do clérigo no município de Itambé, revelando o seu enfraquecimento não somente físico, mas também político.

Em 18 de janeiro de 1932, motivado por mudanças das políticas públicas estabelecidas pelo governo, que suspendia o auxílio financeiro para as instituições hospitalares que não possuíssem um clínico, o Monsenhor Júlio Maria, viu-se pressionado a abdicar da administração do Hospital Asilo São Vicente de Paulo, sendo obrigado a lavrar, em um cartório local, uma escritura de comodato⁴⁹ que passava o controle da instituição para o governo municipal.

O contrato, tinha a duração de 15 anos e obrigava o município a manter o imóvel em bom estado de conservação, a fornecer um clínico para a instituição e a manter, no local, uma pequena farmácia com utensílios necessários para o seu funcionamento.

Em contrapartida, a Associação São Vicente de Paulo, através de seu presidente, João Leopoldino de Araújo, e o Monsenhor Júlio Maria, consentia ao município o direito de fazer benfeitorias no prédio, como a ampliação do estabelecimento, mediante construção de novos ambientes (LIVRO DE TOMBO, 1930-1936, p. 14-16).

⁴⁹ É uma espécie de contrato por empréstimo, em que o proprietário de um bem repassa-o para um terceiro de forma gratuita. Esse tipo de contrato permite ainda, à parte que adquiriu o bem, que ela possa utilizá-lo como desejar, desde que esteja dentro dos limites estabelecidos no próprio contrato.

O Monsenhor Júlio Maria, na qualidade de vigário local, ainda se manteve como diretor espiritual da instituição. Porém, sua atuação no local não teria mais a mesma importância e influência.

Aparentemente, não era desejo do Monsenhor entregar a administração do hospital asilo à municipalidade. Contudo, tinha consciência de que não conseguiria cumprir as exigências para a manutenção do funcionamento da instituição, sem que abrisse mão da direção dos trabalhos desenvolvidos no local. Ou seja, abdicar da gerência de seu projeto caritativo.

Todas essas mudanças, até aqui mencionadas, perturbaram o Monsenhor Júlio Maria. Sobre essa situação, Stella Lacerda (1956, p. 81) declara:

De volta à casa, consumado o esbulho, o vigário estava de espírito abatido, triste, desolado e quase sem poder falar, tamanha era a emoção. [...] Agora há uma pausa, sente-se como uma coação. Parece que o Padre está tolhido, não é mais o dirigente independente, senhor de suas ações. (LACERDA, 1956, p. 80-81).

Realmente, a nova conjuntura revelava um Monsenhor Júlio Maria enfraquecido (ANEXO B). O sacerdote, que outrora participava ativamente na administração paroquial e alguns ofícios na diocese, encontrava-se agora impossibilitado de dirigir o seu projeto social e, aparentemente, aos olhos da autoridade eclesiástica, desenvolvia uma gerência paroquial debilitada.

Diante dos fatos analisados, essa fase da trajetória do vigário Júlio Maria, foi marcada exatamente pela diminuição do prestígio que, anteriormente, havia conquistado.

As mudanças políticas e sociais, da sociedade itambeense, e a debilidade física, que atingiu o vigário, levaram o religioso a adotar uma nova dinâmica de trabalho paroquial que, acrescidas das novas exigências dos trabalhos pastorais – propostos pela Igreja Católica – não puderam ser efetivadas com sucesso.

O cenário de transformações é evidente e justifica ser observado como uma nova fase no percurso do vigário, naquela comunidade. Ainda assim, a atuação do religioso no município de Itambé não chegara ao fim e, como veremos adiante, sua administração paroquial proporcionou situações marcantes para a sociedade itambeense e, ainda mais embaraçosas, para a Igreja Católica, na região.

6 UM OCASO NATURAL: A ATUAÇÃO DO PADRE JÚLIO MARIA ENTRE OS ANOS DE 1932 E 1942

No capítulo anterior, destacamos que, entre 1918 e o início dos anos 1930, transformações políticas e sociais, vivenciadas pela sociedade itambeense; reformas nas diretrizes da Igreja Católica, com a criação de novas dioceses; e a debilidade física que atingiu o Monsenhor Júlio Maria, levaram o próprio sacerdote a adotar novas estratégias administrativas na paróquia de Itambé.

Essa nova fase da trajetória do religioso no município, marcada pelas transformações mencionadas, registrou também o início de um enfraquecimento do prestígio do clérigo, perante a comunidade local. Essas mudanças, por sua vez, não significaram um desaparecimento da influência do vigário naquela sociedade. Mas que a atuação do religioso passou a ser discutida e contestada por parte da população católica local.

A permanência de uma certa admiração à pessoa do religioso, por parte da sociedade, se dava pela dedicação aos serviços caritativos, realizados ao longo de sua trajetória no município, e por outras ações que continuaram a ser implementadas na paróquia. Isso porque, mesmo com a saúde debilitada, o trabalho paroquial do Monsenhor Júlio Maria perdurou por mais alguns anos.

Subsequentemente à perda da administração do Hospital Asilo São Vicente de Paulo, o clérigo iniciou, na comunidade, algumas atividades que buscavam valorizar e fortalecer o catolicismo na paróquia.

Em 20 de novembro de 1932, por determinação de seu bispo, Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela, o Monsenhor Júlio Maria instaurou, na matriz da cidade, a Liga Católica Jesus, Maria e José. Tratava-se de um grupo, formado exclusivamente por homens, cuja finalidade era auxiliar os chefes de famílias, na vivência de um catolicismo autêntico (BERTANTE, 2018, p. 6).

Sobre a cerimônia de instauração do grupo na matriz, o monsenhor fez o seguinte registro, no livro de tombo:

Aos 20 de Novembro de 1932, as 15 horas, na Igreja Matriz desta Freguezia por determinação do Ex^{mo} e Rv^{mo} Sr. D. Ricardo Ramos de Castro Vilella D. D. Bispo Diocesano foi installada a Liga Catholica – Jesus, Maria, José. Compareceram vinte e uma pessoas que fizeram logo parte da mesma Liga. A directoria ficou composta do vigario da Freguezia, Genario Carrazzone, 1º secretario, Severino Ignacio dos santos, 2º secretario e Antonio Anastacio da Silva, thesoureiro. Assistentes Dr. Augusto Cardoso Ayres e Manoel Dutra Fialho de Vasconcellos. Ficou designado o ultimo domingo de cada mez para as reuniões. E para constar fiz este termo que

assigno. Itambé 21 de novembro de 1932. Vigario Mons. Julio Maria. (LIVRO DE TOMBO, 1930-1936, p. 23-23v).

Dez dias mais tarde, em 30 de novembro de 1932, o monsenhor deu início à Liga Eleitoral Católica (LEC). A LEC, era um grupo constituído de leigos, associados à Igreja Católica, que defendiam o pensamento anticomunista e buscavam incentivar o eleitorado a votar em políticos católicos, alinhados à Doutrina Social da Igreja⁵⁰ (DSI). Além disso, como destaca Brum (1999, p. 189), a LEC teve um papel importante para a instituição, uma vez que buscou defender os interesses da Igreja, durante a Constituinte de 1934.

Os primeiros membros da LEC, no município de Itambé, foram os senhores Alfredo Hermes Barbosa de Aguiar, Joaquim d'Albuquerque Uchoa, Olympiades Cavalcante Lins, Antonio Plínio dos Santos e Severino Ignacio Santos (LIVRO DE TOMBO, 1930-1936, p. 23v).

O Monsenhor Júlio Maria, realizou também algumas obras nos espaços religiosos, como a reforma do altar mor da matriz do município, cuja bênção das imagens ocorreu em 19 de março de 1933, e a ampliação do cemitério paroquial, concluída em nove de outubro do mesmo ano.

O sacerdote realizou ainda várias atividades de caráter espiritual e pastoral, como a bênção da nova capela do Hospital São Vicente de Paulo, em 19 de julho de 1934 – o novo espaço religioso havia sido construído no início daquele ano, com o objetivo de transferir e substituir a antiga capela existente naquela instituição. A bênção foi seguida pela celebração de uma missa, presidida pelo Pe. Severino Claudio de Lima – e a organização de Santas Missões, como a que ocorreu entre os dias sete e 14 de outubro de 1934, conduzida, a convite do monsenhor, pelos padres capuchinhos Frei Damião de Bozzano e Frei Cypriano Pontecchio.

Sobre essa Santa Missão, o Monsenhor Júlio Maria fez o seguinte registro:

Aos 7 de outubro de 1934, á meu convite chegaram os Rvmos capuchinhos Fr. Damião de Bozanno e Frei Cypriano Pontecchio para pregar uma missão. No dia 12 esteve o Exmo Sr. Bispo Diocesano D. Ricardo Vilella. A missão foi das mais importantes pela proficiencia do pregador e os fructos espirituaes que produziu. Houve 2.691 comunhões de mulheres e 765 de homens, total 3.456, casamentos 75, pregações 32 baptizados 36, comunhoes de enfermos 50 no hospital 6, e na cadeia 3. Chrismas 395. A missão terminou no dia 14 com solemne procissão e bençam do S.S. Sacrameto. [...] (LIVRO DE TOMBO, 1930-1936, p. 29v-30).

⁵⁰ É uma coleção de ensinamentos católicos, baseadas na Tradição, no Magistério e em alguns documentos papais como encíclicas e pronunciamentos.

Embora todas essas atuações do vigário fossem vistas, por parte da comunidade, como virtuosas e benéficas, a permanência do sacerdote na condução dos trabalhos paroquiais começou a ser questionada por uma parcela da população, especialmente após o agravamento do seu estado de saúde.

Esse elemento de contestação é importante, porque nos leva a compreender esse período como o início de mais uma etapa na trajetória do vigário Monsenhor Júlio Maria no município. Uma fase decadente, marcada pela perda de seu prestígio, perante parte da sociedade local, e uma suposta desavença entre clérigos, na paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé.

Mas, como se deu esse novo período, aparentemente tão angustiante e desagradável para o Monsenhor Júlio Maria?

Segundo Stella Lacerda (1956, p. 82-83), o quadro de saúde do clérigo foi se agravando e, em 1938, com uma febre alta, o sacerdote teve que ser enviado para a cidade do Recife. Lá, foi diagnosticado com um problema renal (pielite). Após o tratamento, o religioso retornou à cidade de Itambé. Aliás, seu regresso contou com a presença de um bom número de paroquianos. No entanto, parte dessa mesma comunidade, já não mais o via como capacitado para o exercício daquela função.

No ano seguinte, em 1939, o Monsenhor passou a sofrer com um eczema e um antraz. Problemas que o fizeram retornar à cidade do Recife, em busca de um tratamento mais adequado⁵¹.

Com menos de um mês na capital pernambucana, as complicações com o antraz foram resolvidas. Porém, o tratamento do eczema exigiu um período maior de atenção médica e, conseqüentemente, de repouso, pelo paciente.

Ainda de acordo com a autora, a ausência do pároco no município de Itambé – motivada por seu frágil estado de saúde – resultou numa pressão sobre o bispo Dom Ricardo, exigindo-se do prelado uma resolução do problema, cujo cerne era a carência de um sacerdote na comunidade (LACERDA, 1956, p. 84).

Ela alega também que, incidentes nas confrarias, favoreceram, igualmente, o crescimento da pressão sobre o bispo.

⁵¹ O eczema ou dermatite, é uma doença dermatológica que causa uma reação inflamatória na pele, proporcionando o surgimento de bolhas na região afetada. O antraz, é uma doença bacteriana que causa uma inflamação no tecido da pele, gerando sintomas variados, entre eles, úlceras de pele com uma casca escura (ACADEMIA, 2008, p. 145 e 463).

Um bom exemplo, foi um fato envolvendo a Pia União das Filhas de Maria, cuja direção, apoiada pelo Monsenhor, havia orientado seus membros a não participarem de festas carnavalescas que aconteceriam na cidade, naquele período.

O embaraço começou, quando a norma foi desobedecida por algumas jovens da elite local – integrantes daquela associação – fato que gerou um desentendimento entre a direção da associação – respaldada pelo pároco – e os membros rebeldes da irmandade que, contrariados pelo Monsenhor Júlio Maria, mobilizaram seus familiares contra o vigário local (LACERDA, 1956, p. 87).

É importante lembrar que essas situações, especialmente a ausência de um sacerdote no município, enfraqueciam a atuação da Igreja Católica naquela sociedade.

A carência da figura de um sacerdote e o declínio nos trabalhos pastorais, abriam a possibilidade da atuação de grupos divergentes à Doutrina Católica, o que resultava no fortalecimento de outras denominações e tradições religiosas. Cenário que não agradava a autoridade diocesana.

A solução para o problema, encontrada pelo bispo Dom Ricardo, foi a nomeação de um coadjutor, que auxiliaria o Monsenhor no exercício das funções paroquiais.

Stella Lacerda (1956), descreve como a decisão episcopal chegou ao conhecimento do Monsenhor:

Finalmente, num belo ou triste dia, chega à casa do Padre o bispo diocesano, acompanhado do Frei José Maria Casanova O.C., velho, grande e dedicado amigo da família. Recebem-nos o Padre Júlio e a irmã em casa de quem estava. Depois dos cumprimentos, etc., fala o bispo: ‘Padre Júlio, depois de várias noites de insônia, preocupações e muita súplica ao Divino Espírito Santo, achei uma solução para o seu caso. A diocese dá-lhe uma mensalidade de 400\$000 e um Padre, que tirará a sua manutenção da paróquia, será seu coadjutor, agrada-lhe?’ Responde-lhe o Padre Júlio com aquele sorriso tão peculiar e santo: ‘como não! nunca tive tanto dinheiro’. (LACERDA, 1956, p. 84).

Para o novo cargo estabelecido na paróquia de Nossa Senhora do Desterro, foi nomeado o padre Fernando do Nascimento Rodrigues dos Passos, conhecido popularmente como padre Fernando Passos. Era considerado, na época, um dos melhores oradores sacros da diocese e um dos colaboradores mais próximos de Dom Ricardo. Aliás, foi o próprio bispo Dom Ricardo que o ordenou sacerdote em 19 de março de 1924, na igreja matriz de São José, na cidade de Surubim – PE.

Como Secretário Geral do Bispado⁵², o padre Fernando Passos acompanhou o prelado em diversas visitas pastorais, inclusive à cidade de Itambé.

Ele não era um estranho na comunidade itambeense. Na verdade, já tinha conhecimento sobre a situação em que se encontrava o Monsenhor Júlio Maria e a comunidade paroquial, uma vez que havia exercido a função de pároco na cidade vizinha de Goiana e, pela proximidade geográfica, tinha participado ativamente de vários eventos paroquiais no município de Itambé, como na organização da Semana Mariana (1931), na pregação do retiro espiritual para a associação da Pia União das Filhas de Maria (1931), entre outros.

Além disso, havia também compartilhado, com o Monsenhor Júlio Maria, a função de confessor dos Irmãos da Sagrada Família de Goiana, em 1932.

Analisando as fontes, observamos um fato significativo na nomeação do padre Fernando Passos para a paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé. É que, nela, Dom Ricardo não designou o sacerdote como um coadjutor, mas como um pró-pároco⁵³.

Essa informação é importante, porque revela, em primeiro lugar, que o padre Fernando Passos não chegaria à comunidade para ser um auxiliar eclesial, mas para dirigir os trabalhos paroquiais.

Outro ponto é que, ao ser nomeado pró-pároco de Itambé, conseqüentemente aquela comunidade fora rebaixada à categoria de pró-paróquia⁵⁴. Essa mudança de categoria é permitida e adotada pelas autoridades eclesial, principalmente, quando uma determinada comunidade paroquial não possui recursos financeiros que viabilizem a manutenção de serviços básicos de uma paróquia. O que aparentemente acontecia em Itambé.

Nesse sentido, a nomeação do Padre Fernando Passos, acabou por nos evidenciar a precária condição das finanças da paróquia, bem como da população local.

Vale salientar que, o retorno à categoria de paróquia também é possível e ocorre após a identificação de uma melhoria na estrutura, especialmente financeira, de uma comunidade de fiéis. Situação que possibilite um serviço pastoral, digno e estável. Fato que aconteceu com a comunidade paroquial de Itambé, anos mais tarde.

A escolha do padre Fernando Passos, para os trabalhos eclesial em Itambé, também demonstrou seu prestígio junto ao bispo diocesano. Essa admiração é identificada na

⁵² Esse cargo tinha a função de participar de reuniões em que o bispo estivesse presente e realizar atividades de secretariado como organizar a agenda do prelado, acompanhar trabalhos, entre outros.

⁵³ É um sacerdote, nomeado pelo bispo diocesano, para administrar canonicamente uma pró-paróquia.

⁵⁴ É uma comunidade de fiéis que, devido a alguma adversidade, está impedida de ser constituída como uma paróquia. No novo Código de Direito Canônico, cânon 516, parágrafo 1, promulgado em 1983, é utilizado o termo quase-paróquia (CDC, 1983, p. 95).

própria Carta de Nomeação, destinada ao novo pró-pároco e lida aos fiéis de Itambé e de Limoeiro – cidade em que o Pe. Fernando Passos exercia a função de pároco, no período – que foi transcrita no livro de tombo de Itambé:

Nazareth, 1 de julho de 1939, festa do Preciosíssimo Sangue de N. Senhor. Ao Nosso caro irmão e filho Pe. Fernando Passos havemos por bem confiar, nesta data, um novo e importante encargo, em Nossa diocese, nomeando-o Pro-Parocho de Itambé. Escusado se Nos parece dizer a s. Rvma que o Nosso acto, filho de muita oração unida á muita reflexão, é uma prova a mais não só da amizade sobrenatural que lhe dedicamos, mas ainda de confiança no seu zelo de bom padre. Itambé perfumada com odores de santidade do seu digno Parocho, que tudo cede ao seu substituto, é um campo muito propicio aos ardores da vida apostólica do Pe. Fernando. Receba, pois, V. Rvma o Nosso acto como um signal de alta estima, que lhe consagramos, de merecida recompensa aos seus trabalhos em Limoeiro, de previsão de uma nova vida espiritual que há de desdobrar-se naquela parochia em cujo regaço palpita a alma ardorosa do Mons. Julio Maria de quem V. Rvma será digno e decidido cooperador. Passando ás mãos de V. Rvma a necessária Provisão, aprazamos o próxima dia 15, festa de N. Senhora do Carmo, para assumir a directriz do governo parochial de Itambé. Que Nosso Senhor acolha, benigno, no seu Sacratissimo Coração a Nossa decisão, fundada não em razões humanas, sinão em divinas e Maria Imaculada abençoe o Nosso amado filho e cooperador o Pe. Fernando Passos. (LIVRO DE TOMBO, 1937-1954, p. 7)

A estima e a amizade do prelado para com o novo pró-pároco eram notórias e a confiança no sucesso de seus trabalhos também era nítida.

Não identificamos os motivos, mas o bispo Dom Ricardo acabou antecipando em alguns dias a posse do padre Fernando Passos, na paróquia de Itambé. Dessa forma, ela ocorreu em nove de julho de 1939, contando com a presença de várias autoridades civis e religiosas, tanto da cidade de Itambé quanto da cidade de Limoeiro.

Os primeiros registros do pró-pároco no livro de tombo, descrevem uma situação de frieza devocional ao Sacramento da Comunhão, refletido por uma discreta participação popular nas celebrações eucarísticas.

As associações, também se encontravam em situação de apatia, o que levou o pró-pároco a iniciar atividades que as reanimassem, como observamos em registro no livro de tombo:

Encontrei uma Associação com o nome de Liga Católica que quase não funcionava. Diversos eram os Liguistas que apenas foram propostos e não haviam prestado juramento nem usavam insígnias. Com o fim de solenizar o dia 15 de agosto festa da gloriosa Assunção de Maria, operei uma recepção de novos sócios da L.C.J.M.J. [...] houve a recepção de seis novos liguistas entre os quaes o Dº Arnaldo José Duarte, o Promotor Publico da Comarca. Foi uma cena comovente a cerimonia de juramento destes novos trabalhadores da fé. Primeira vez que Itambé ouvia dentro de sua Igreja Matriz o juramento solemne de fidelidade a Jesus Maria e José, feito por homens. Causou sensação, e muitos homens presentes tomaram a resolução de se filiarem debaixo da bandeira da L.C.J.M.J. [...] (LIVRO DE TOMBO, 1937-1954, p. 8).

O religioso, também retomou os trabalhos no campo social, ajudando os mais necessitados da cidade.

As ações adotadas pelo padre Fernando Passos tinham características próprias. Contudo, sua preocupação com os grupos menos abastados daquela sociedade, lembravam a mesma inquietação, demonstrada pelo Monsenhor Júlio Maria, quando esse chegara ao município, em 1888.

Entusiasmado, o pró-pároco registrou sua iniciativa no livro de tombo. O que nos revelou não apenas detalhes do empreendimento liderado pelo sacerdote, mas, simultaneamente, a situação paupérrima em que se encontrava uma considerável parcela da população local:

Causava dor e compaixão o espetáculo de Itambé as sextas feiras. Cidade pequena, povo trabalhador, população urbana ocupada nos afazeres da casa, movimento nas ruas quase nulo, as sextas-feiras uma leva enorme de mendigos andrajosos, coxos, cegos, aleijados, emprestavam a Cidade um aspecto desolador. Tinha-se a impressão de que ali estava a população de Cidade de miseráveis. Como remediar o mal? Pensei na fundação de uma instituição que pudesse satisfazer a pobreza livrando a Cidade desta humilhante apresentação. Lembrei-me de um Dispensário e graças a Deus encontrou eco nos corações de todos a idéia do nosso Pastor [...] resolvi fazer uma comissão dos que seriam os fundadores do dispensário composta das autoridades, médicos e escrivas locais, Era preciso contemplar grande parte do povo que aqui reside, mas, em Pedras de Fogo, Estado da Parahiba – Pelo que o Dispensário seria para assistência Social aos mendigos de Itambé e Pedras de Fogo e por isso assim ficou composta a comissão de fundadores do Dispensário: Padre Fernando Passos, D^o Augusto Cardoso Ayres de Holanda, Juiz de Direito; Ilmo Sr. Antonio Galvão Cavalcanti, Prefeito do Município; D^o Arnaldo José Duarte, Promotor Público. D^{os} Manoel Gomes de Sá e Hercílio Borba, médicos; Sr. Sargento Abdenago de Oliveira Cavalcanti, Delegado de Itambé; Sr. Sargento Lauro Ferreira da Silva Torres, Delegado de Pedras de Fogo; Srs. José Antonio Bezerra de Menezes, telegrafista e os Escrivães Sinezio Barbosa de Souza Lima e Antonio Lucas Bezerra de Menezes Neto. Esta comissão percorreu as ruas desta Cidade e as de Pedras de Fogo e encontrando a melhor da vontade, levantou a subscrição, que depois de feita a arrecadação seria distribuída com os pobres, enquanto eu ia fazendo o fichário dos pobres. (LIVRO DE TOMBO, 1937-1954, p. 8-8v).

Essas iniciativas do pró-pároco, passaram a ser vistas e interpretadas de modo distinto por setores da sociedade local. Logo, se formou uma divisão na comunidade entre um grupo, que via a atuação do padre Fernando Passos como legítima, e outro, que entendia as atitudes como uma usurpação das ações que o monsenhor realizava na comunidade, anteriormente.

Na interpretação de Stella Lacerda (1956), o padre Fernando Passos não apenas assumiu o lugar do monsenhor, como também dificultava e reduzia a atuação do vigário colado nos serviços eclesiais na paróquia.

Ela afirma que o Monsenhor Júlio Maria, deixou de celebrar no altar-mor da igreja matriz e perdeu a direção dos trabalhos administrativos paroquiais e das Associações leigas para o pró-pároco. Tudo passou a ser destinado ao padre Fernando Passos, casamentos, batizados e os melhores paramentos – inclusive o doado ao padre Júlio Maria, por sua família, no jubileu sacerdotal do religioso (LACERDA, 1956, p. 88).

Ao que tudo indica, essa situação incomodava não apenas o monsenhor, mas especialmente uma parte de sua família, que começou a envolver-se na situação e intervir a favor do abatido vigário.

Havia também opiniões divergentes em relação à convivência entre os dois sacerdotes. De acordo com depoimento contido no trabalho de Santos *et al* (2000):

[...] Padre Fernando nunca fez nenhum mal ao Padre Júlio, jamais eu iria permitir que alguém fizesse algum agrave a este santo homem, Padre Fernando sempre o ajudava, dava-lhe delicadeza atenção, sempre fazia isso atenciosamente. Se Padre Júlio estava celebrando missa no altar lateral era por uma conveniência, porque o altar principal da Igreja Matriz tinha bastante degraus, Padre Júlio na idade que estava não tinha condições de submeter-se a uma queda [...] (SANTOS *et al*, 2000, p. 65-66).

Para deixar o ambiente ainda mais tenso, já haviam se passado vários meses e a quantia mensal prometida pelo bispo diocesano, quando se acordou a vinda de um coadjutor para a paróquia, não tinha sido enviada. Fato que obrigava o monsenhor a repassar os poucos recursos que angariava – com o auxílio de familiares e antigos paroquianos que lhe davam preferência em algum ofício – ao padre Fernando Passos. Motivo que desagradava os familiares do Monsenhor Júlio Maria.

A confirmação do descumprimento do acordo entre o bispo diocesano e o vigário colado se deu da seguinte forma:

Certo dia, chega à casa da irmã do Padre, em Recife, o Padre Fernando Passos, propároco do Itambé, acompanhado do Frei José Maria Casanova. Vem para declarar em nome do Bispo que ‘nada poderá fazer em virtude da Diocese não dispor de meios pecuniários’. (LACERDA, 1956, p. 91).

Diante dessa circunstância, a família do Monsenhor propôs o afastamento do pró-pároco, opção que aumentaria ainda mais a indisposição entre as partes envolvidas. Cogitou-se também a renúncia do cargo de vigário colado da paróquia, por parte do Monsenhor Júlio Maria. Ele, porém, mesmo com a idade avançada, descartou veementemente essa hipótese.

O problema tomou uma proporção ainda maior quando dois sobrinhos do monsenhor, contra a vontade do próprio vigário, que não desejava se indispor com seu bispo, resolveram

enviar uma carta ao Cardeal Dom Sebastião da Silveira Cintra – que outrora exerceu o cargo de arcebispo de Olinda e Recife e dispunha de respeito e admiração pelo Monsenhor Júlio Maria – contando o incidente e toda a situação de confusão e desentendimento em que o sacerdote se encontrava.

Não conseguimos identificar nas fontes se esse contato com o cardeal interferiu na tomada de decisão do Bispo Dom Ricardo, sobre o caso. O fato é que em 30 de janeiro de 1941, tendo se passado pouco mais de 18 meses desde o início da administração paroquial do pró-pároco em Itambé, o prelado transferiu o padre Fernando Passos para a sede episcopal⁵⁵, designando-o para a função de pároco da Freguesia de Nazaré, como observamos em registro no livro de tombo:

No dia 30 de janeiro o Exmo Sr, Bispo diocesano foi pessoalmente a Caricé comunicar a minha transferencia para a sede episcopal como Paroco da Freguezia de Nazaré. Esta noticia ecoou dentro de minh'alma como uma tempestade. Deixar trabalhos por terminar, povo simples e bom, bem hospitaleiro de ameno clima, amigos muito amados e almas mui pobres, tudo isto veio de momento a imaginação e fica traduzido dentro da alma e do coração [...] (LIVRO DE TOMBO, 1937-1954, p. 19).

Como se observa, o principal lamento do sacerdote foi deixar os trabalhos iniciados e afastar-se das amizades estabelecidas na comunidade.

Para ocupar a vaga disponível em Itambé, foi nomeado o padre Luís Ferreira Lima. Dessa vez, o novo sacerdote assumiu as funções na qualidade de vigário-cooperador que, como o próprio título expressa, tem a finalidade de auxiliar o pároco local.

A posse do padre Luís Ferreira Lima ocorreu no dia nove de fevereiro de 1941. A cerimônia contou com a participação de autoridades civis e religiosas, irmandades e um considerável número de fiéis.

O convívio do novo sacerdote com o monsenhor, aparentemente, foi bastante amigável. Porém, surpreendentemente curto.

É que depois de 19 dias da posse do vigário-cooperador, houve outra mudança na paróquia, que resultou no retorno do padre Fernando Passos para a cidade de Itambé, como se observa nesta transcrição:

Ao primeiro dia do mês de março de mil novecentos e quarenta [e um] reassumi a direção da Paroquia e em igual o Padre Luís Ferreira Lima assumio a direção da Paroquia de Nazaré. Foi uma permuta de comum acordo entre ambos e com o

⁵⁵ É a principal Igreja de uma diocese, ou seja, é a catedral, o lugar onde se encontra a cátedra do bispo e de onde ele governa toda a diocese. O padre responsável pela catedral recebe o título de “Cura”.

benelacito do Sr. Bispo diocesano. Paróquia de N. S. do Desterro, 1º de março de 1941. O Proparoco Padre Fernando Passos. (LIVRO DE TOMBO, 1937-1954, p. 21).

Com o regresso do padre Fernando Passos, todas as dinâmicas que desagradavam alguns familiares do monsenhor foram retomadas. Situação que foi se consolidando durante os meses subsequentes.

Também foi ao longo desse período que o estado de saúde do monsenhor se agravou, limitando cada vez mais sua participação nos serviços eclesiais.

O ápice dessa desavença, entre o pró-pároco, o monsenhor e seus familiares, ocorreu em 11 de março de 1942, quando o padre Fernando Passos exonerou o sacristão da igreja matriz, Antônio Anastácio, que trabalhava com o monsenhor há vários anos.

O argumento foi a total falta de confiança, após um episódio polêmico de um suposto roubo na igreja matriz, em que as suspeitas recaíram sobre a pessoa do sacristão, apadrinhado do Monsenhor Júlio Maria.

O padre Fernando Passos, alegou que as provas contra o sacristão Antônio Anastácio eram extremamente seguras e, declarando ser necessário proceder com a justiça, utilizou de seu poder ordinário para destituir o sacristão da função que exercia.

Procuramos nos órgãos responsáveis maiores detalhes do processo. Porém, não obtivemos êxito. Ainda assim, outras fontes nos ajudaram a detalhar o caso. No livro de tomo, por exemplo, o pró-pároco narra o episódio da seguinte maneira:

Na manhã de 3 de março foi avisado pelo sacristão de que a Igreja Matriz fora visitada por ladrões. Chegando na Igreja encontrei o Sacrário aberto, a ambula com partículas consagradas fechada sobre o altar e o véo da mesma em cima do altar também. O sacrário que é de ferro esmaltado não apresentava nenhum vestígio de violação e nem sequer o esmalte estava estragado, as linguetas da fechadura estavam expostas com suas voltas; a porta da sacristia aberta por dentro, às gavetas das cômodas abertas em simetria uns vinte centímetros cada e todas arrumadas como ficaram na véspera; a chave do sacrário colocado no lugar costumeiro dentro da bolsa da comunhão, abaixo do ornamento; as gavetas que não tinham chave com sinais de violação a única que possui chave, (a única chave que existe em poder do sacristão), aberta sem violação; duas gavetas da minha mesa de trabalho abertas, uma delas retirado do lugar e posta sobre a mesa e em completo desarranjo; notei desta a falta de duzentos mil reis e de um par de óculos; fora isto nada mais levaram da sacristia nem cálices nem ambulans nem outros qualquer objetos de valor. [...] (LIVRO DE TOMBO, 1937-1954, p. 25).

Ele alegou ainda que duas caixas cofres⁵⁶ foram arrombadas, que no gabinete onde trabalhava o sacristão, as portas estavam abertas por dentro, e que a porta que dava acesso à

⁵⁶ São caixas, geralmente de madeira, distribuídas no interior das igrejas, utilizadas para o recolhimento de ofertas em dinheiro, depositadas pelos fiéis.

sua sala estava apenas encostada. Além disso, uma janela que ficava no corredor esquerdo da igreja matriz – lado em que se encontra o monumento em honra à Imaculada Conceição de Maria – também foi encontrada encostada, com sua trave colocada sobre uma cadeira (LIVRO DE TOMBO, 1937-1954, p. 25v).

Enfim, respaldando-se nas investigações e suspeitas policiais, o religioso resolveu exonerar o sacristão, entendendo que ele estivera envolvido com o delito.

De acordo Stella Lacerda (1956, p. 95), após ser informado pelo próprio sacristão sobre o arrombamento da igreja e ver a cena do crime, o padre Fernando Passos acionou o delegado local que, segundo ele, não tendo apurado o problema, o levou a contratar um investigador, vindo da cidade do Recife, para solucionar o caso. As suspeitas então recaíram sobre o sacristão.

Ainda conforme a autora (1956, p. 97-100), Antônio Anastácio, foi intimado pelo delegado da cidade para prestar esclarecimentos e após o uso de violência, sua prisão foi decretada, sendo ele recolhido pela força policial e transferido, posteriormente, para a capital pernambucana.

Esse fato revoltou o Monsenhor Júlio Maria que, praticamente cego e com seus quase 86 anos de idade, procurou o prefeito da cidade, questionando o uso da violência contra o seu sacristão. Mas, foi somente após a mediação dos familiares do monsenhor junto ao Secretário de Segurança Pública, que a prisão de Antônio Anastácio foi suspensa.

Essa sequência de eventos desagradáveis – interrogatório, violência e prisão do sacristão – agravou ainda mais o quadro de saúde do Monsenhor Júlio Maria.

Mesmo, posteriormente, retirando a queixa crime, a ação do padre Fernando Passos desagradou o monsenhor e seus familiares que, procurando o bispo Dom Ricardo, exigiram uma resposta sobre o assunto.

Foi enviada, ao prelado, uma carta assinada pelo Monsenhor Júlio Maria, exigindo a saída do pró-pároco das funções na paróquia. A resposta da correspondência, foi a transferência do padre Fernando Passos, como se observa:

Atendendo a uma carta do Mons. Julio Maria do Rego Barros, pedindo a minha saída desta Paroquia, o Sr. Bispo diocesano elevou a Paroquia de Goiana a dignidade de Paroquia inamovível e nomeou o Pro Paroco de Itambé – Paroco inamovível de Goiana. [...] (LIVRO DE TOMBO, 1937-1954, p. 25v).

Para o lugar do padre Fernando Passos, foi designado o padre Petrônio Barbosa, que assumiu o cargo somente em 12 de abril de 1942.

Bastante atencioso com o debilitado vigário, o novo sacerdote acompanhou o agravamento do estado de saúde do Monsenhor Júlio Maria, cuja principal queixa era uma forte dor no peito.

Stella Lacerda (1956, p. 102-103) afirma que, os exames realizados, diagnosticaram que o vigário sofrera de *angina pectoris*, uma doença arterial que diminui o fluxo de sangue para o coração, causando enormes dores no peito. O parecer médico, afirmou que o quadro de saúde era delicado e demandava uma atenção especial.

Acamado, com febre e intensas dores no peito, o monsenhor passou a receber assistência diária de seus familiares, amigos – a exemplo do sacristão Antônio Anastácio – e do próprio padre Petrônio Barbosa que começou a dormir na casa do monsenhor, distribuindo-lhe a comunhão e dando-lhe a assistência espiritual necessária nos últimos momentos de vida.

O grave estado de saúde do monsenhor, também despertou preocupação entre os fiéis, especialmente os mais simples, que o via como um homem santo e buscavam demonstrar seu respeito e admiração ao sacerdote, como relata a autora:

Os probrezinhos do Itambé, assustados, medrosos, acompanhando por informações a agonia do seu Pastor, chegavam às janelas do oitão da casa para o protesto de sua solidariedade ao querido vigário. A princípio dava-se-lhes entrada, mas, observada a emoção que essas demonstrações produziam, só se permitia, depois, que olhassem através de pequena abertura da porta, de modo a não serem vistos pelo doente. Uma velhinha, trazendo dois ramos de saudades brancas, disse: 'Pegue estas flores e bote nos pés do Crucificado do meu padrinho para Nosso Senhor e Nossa Senhora saberem as saudades que tenho d'ele'. Como esta, muitos outros levavam flores, constantemente. (LACERDA, 1956, p. 104).

O carinho demonstrado, por parte da população, parecia antever a morte do debilitado vigário, o que ocorreu dias mais tarde. Às sete horas e trinta minutos do dia 16 de junho de 1942, o Monsenhor Júlio Maria faleceu em seu leito, sendo assistido por alguns parentes e pelo padre Petrônio Barbosa.

Imediatamente, a notícia se espalhou e muitos fiéis se dirigiram à residência do monsenhor, para ver o seu corpo. Porém, Stella Lacerda (1956, p. 111-112), declara que muitos deles faziam parte dos grupos críticos ao sacerdote. Isso ficou evidente horas mais tarde, durante o velório na igreja matriz e do traslado do corpo para a cidade onde ocorreria o sepultamento.

O padre Petrônio Barbosa, se encarregou de emitir diversos telegramas informando ao clero diocesano, parentes e amigos sobre o falecimento do vigário e organizou a igreja matriz para acolher o corpo do monsenhor e iniciar o velório.

Houve então um impasse envolvendo os familiares do falecido. Uma parte dos membros presentes, alegavam que, diante dos aborrecimentos vivenciados pelo religioso, seu corpo deveria ser sepultado no mausoléu da família, localizado no cemitério da cidade de Goiana. Um outro grupo de familiares, defendia a ideia do sepultamento na capela de Nossa Senhora das Dores, construída no cemitério de Itambé, por iniciativa do próprio monsenhor que, aliás, havia expressado, anteriormente, o desejo de ter seus restos mortais enterrados no local.

Por vontade da maioria, decidiu-se então que o corpo seria sepultado no cemitério de Goiana.

Durante o velório na igreja matriz, surge então a decepção, que evidenciava a divisão da população em relação à figura do monsenhor.

Somente aqueles que acompanhavam o doente, algumas pessoas humildes da cidade e um religioso protestante – que admirava grandemente o sacerdote – fizeram-se presentes, o que motivou ainda mais os familiares a levarem o corpo para Goiana (LACERDA, 1956, p. 115).

Após a missa exequial⁵⁷, presidida pelo Pe. Petrônio Barbosa e concelebrada pelo Pe. Ermínio Queiroz, o corpo foi levado para o município vizinho de Goiana, sendo acompanhado até a saída da cidade de Itambé – de forma triste, mas honrosa – pelo grupo de apoiadores do monsenhor, composto por familiares e desvalidos da comunidade; e – de modo ofensivo, com insultos e provocações – pelos críticos do religioso (LACERDA, 1956, p. 116).

É em Goiana, na Igreja da Misericórdia, que são, nobremente, realizadas as últimas homenagens ao Monsenhor Júlio Maria.

Das 11 horas às 16 horas, a igreja da Misericórdia esteve aberta para visitação e oração diante do corpo do sacerdote. Evento que, de acordo com registro no livro de tombo, contou com a presença de um grande número de fiéis.

No sepultamento, estiveram presentes seus familiares, alguns representantes de irmandades religiosas e vários sacerdotes: o Pe. João da Mata de Andrade Amaral, representando o bispo diocesano Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela; o Pe. Fernando Passos – pároco de Goiana – representando o Arcebispo da Paraíba Dom Moisés Sizenando Coelho; o Pe. Petrônio Barbosa; o Pe. Carlos Calabria; o Pe. Petronilo Pedrosa e o Pe. Luís Ferreira Lima – vigário de Nazaré (LIVRO DE TOMBO, 1937-1954, p. 27v-28).

⁵⁷ é uma celebração litúrgica em que, de acordo com o Código de Direito Canônico no Cânon 1176, a Igreja implora o auxílio espiritual para os defuntos e honra os seus corpos, ao mesmo tempo que procura levar aos vivos a consolação da esperança (CDC, 1983, p. 205).

Foi desse modo, ignorado por uma parcela daqueles que antes o prestigiavam, que o vigário Monsenhor Júlio Maria terminou a sua trajetória no município de Itambé.

Tendo em vista o que foi mencionado, seus últimos anos de trabalho na paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé foram marcados pela degradação de seu estado de saúde, pela perda de comando na administração paroquial e da própria autonomia – uma vez que seus familiares passaram a tomar várias decisões em seu nome – mas, principalmente, pela diminuição de seu prestígio junto a uma parcela da sociedade – observada ainda em vida – e junto às autoridades da Igreja Católica – evidenciada durante seus últimos anos na paróquia. Um período decadente que revela, claramente, um triste ocaso natural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou este trabalho de pesquisa, foi constatada a difícil situação em que se encontra a historiografia local no município de Itambé – PE, caracterizada pelo limitado número de obras historiográficas acerca de sua história. Nesse cenário, igualmente, encontrou-se raros trabalhos voltados à análise da história do catolicismo na região, ou ainda sobre a história de vida do Monsenhor Júlio Maria do Rego Barros. Por isso, foi salientada a importância da produção de novos estudos que abordassem esses aspectos, sendo apresentada a biografia histórica do clérigo no município de Itambé, como um trabalho capaz de cooperar para o crescimento da produção historiográfica local e, conseqüentemente, colaborar com a mudança desse cenário.

Diante disso, este trabalho de pesquisa teve como objetivo geral analisar a trajetória do Monsenhor Júlio Maria do Rego Barros no município de Itambé. O que foi atendido, uma vez que o trabalho conseguiu investigar e apresentar o modo como se desenvolveu a trajetória do clérigo na referida localidade.

Como primeiro objetivo específico, foi proposto conhecer a relação entre o catolicismo e a comunidade itambeense. Esta finalidade também foi alcançada, visto que, no primeiro capítulo do trabalho, foi analisada a relação e a influência do catolicismo no município de Itambé.

O segundo objetivo específico, buscou identificar a origem e a formação aristocrática do Monsenhor Júlio Maria. Propósito contemplado, mediante a abordagem, no segundo capítulo deste trabalho, da gênese aristocrata e política do sacerdote.

O terceiro objetivo específico, por sua vez, sugeriu a análise da atuação político-administrativa do Monsenhor Júlio Maria, enquanto vigário colado da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé. Essa meta também foi alcançada, a partir das observações apresentadas no terceiro, quarto e quinto capítulos do trabalho, em que se analisou, de modo mais preciso, a trajetória do sacerdote católico no município de Itambé.

Vale lembrar que, para a produção deste trabalho, foi utilizada uma metodologia de pesquisa básica, de caráter exploratório, em arquivos físicos – como o acervo da paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé – e arquivos digitais – como o site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, site do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, o site do IBGE, site do Vaticano, entre outros.

Além disso, foi utilizada uma abordagem qualitativa das fontes, desenvolvendo uma análise crítica a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica, que viabilizou a

elaboração de um trabalho baseado no modelo sistemático proposto por Giovanni Levi (2006), em que a biografia histórica é estruturada mediante a articulação da história individual e do contexto em que o biografado esteve inserido.

Desse modo, no decorrer deste trabalho de pesquisa, observou-se detalhes não somente da vida do sacerdote, mas também aspectos importantes da sociedade itambeense entre os anos de 1888 e 1942, como a relação dessa comunidade com a religiosidade católica e o grande número de desvalidos, residentes na cidade, o que revela as difíceis condições de vida daquela população.

Isto posto, evidenciou-se que o Monsenhor Júlio Maria do Rego Barros, foi um sacerdote atuante na efetivação das novas diretrizes, estabelecidas pela Igreja Católica, para a paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé e região.

Seguindo o projeto de reformas, proposto pela instituição – caracterizado pelo fortalecimento da religiosidade católica – e por trabalhos sociais junto aos desvalidos, o pároco utilizou-se de seus vínculos aristocráticos em benefício desse mesmo projeto – que dirigiu por aproximadamente quatro décadas – numa sociedade marcada pela pobreza e inconsistência na vivência de um catolicismo fidedigno às orientações da Santa Sé.

Enquanto dispôs de vigor físico, ele colaborou para a manutenção da supremacia do catolicismo na região, trabalho que, juntamente com seu empenho nos serviços sociais, lhes rendeu a admiração das autoridades, políticas e eclesiásticas, e da população carente – que lhe enxergava como um homem santo.

Entretanto, na medida em que as mudanças sociais e econômicas foram se impondo e o peso da idade começou a limitar sua capacidade de adaptação à nova realidade pastoral, o Monsenhor Júlio Maria começou a perder sua autoridade e autonomia na administração paroquial, evidenciando o enfraquecimento de seu prestígio junto à comunidade e às autoridades da própria Igreja.

Essa nova conjuntura, motivou inúmeras divergências e disputas entre grupos, dentro da sociedade itambeense e da própria Igreja paroquial. Situação que, aparentemente, gerou constrangimento entre os envolvidos, justificando-se assim, por parte da população mais idosa, a discricção, em relação aos detalhes da história do Monsenhor Júlio Maria, na paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé.

Por todos esses aspectos, apesar das limitações impostas pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que levaram à redução dos recursos financeiros e à limitação logística das atividades de investigação, restringindo viagens e o acesso a outros arquivos físicos, o que dificultou o trabalho de pesquisa; a análise da trajetória do Monsenhor Júlio

Maria no município de Itambé, apresenta uma contribuição significativa para a história religiosa da região, por destacar a atuação do pároco na comunidade; para a história social e política, por abordar a vida de um cidadão com raízes na aristocracia rural de Pernambuco, e para a história local, por expor as condições sociais da população da histórica cidade pernambucana de Itambé.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

A SANTA SÉ, Site. **Vatica.va**. Página inicial. Português. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/vatican/pt.html/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ANDRADE, Jorge Barbosa Gomes de. **Mapa da área territorial do município de Itambé – PE**. Base de dados IBGE Geociências 2017. Sistema de Informações Geográficas QGIS. Versão 3.16. Projeto da Fundação Geoespacial de Código Aberto. Itambé, 2021. 1 mapa, color. Escala: 1:250.000. *pendrive*.

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Site. **Acervo digital**. Acesso público. Disponível em: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano>. Acesso em: 1 fev. 2021.

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE, Site. **História**. Arquidiocese de Olinda e Recife. 2021. Disponível em: <https://www.arquidioceseolindarecife.org/historia/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE, Site. **Processos de Canonização**. Arquidiocese de Olinda e Recife. 2021. Disponível em: <https://www.arquidioceseolindarecife.org/historia/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. **História dos bispos e arcebispos**: bispos diocesanos. p. 1-2. Disponível em: <http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-lino-deodato-rodrigues-de-carvalho>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ASSEMBLÉA Provincial: 9ª Sessão em 26 de março de 1886. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 62, n. 81, 9 abr. 1886. p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_06&pagfis=15062. Acesso em: 15 fev. 2021.

ASSEMBLÉA. 2ª Sessão Preparatória em 13 de setembro de 1888. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 64, n. 216, 22 set. 1888. p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=julio%20de%20barras&pagfis=20947. Acesso em: 29 mar. 2021.

CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, Site. **Acervo CEPE**. CEPE doc. Acesso público. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

DIOCESE DE GARANHUNS, Site. **Bula de Criação das dioceses de Garanhuns, Nazaré e Pesqueira**. Tradução: Monsenhor Edvaldo Bezerra. Revisão Dom Paulo Jackson Nóbrega de Souza. Diocese de Garanhuns. 2021. Disponível em: <https://www.diocesegaranhuns.org/institucional/historia>. Acesso em: 21 maio. 2021.

DIOCESE DE NAZARÉ, Site. **História**. Diocese de Nazaré Pernambuco. Disponível em: <https://diocesedenazare.org.br/historia/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

EQUIPE de Desenvolvimento QGIS (2021). **Sistema de Informações Geográficas QGIS**. Projeto da Fundação Geoespacial de Código Aberto. Página inicial. Disponível em: <https://qgis.org/en/site/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, Site. **Biblioteca Nacional digital**. Página inicial. Acesso público. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo do município de Itambé PE – por religião – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itambe/pesquisa/23/22107?detalhes=true>. Acesso em: 10 jan. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Município de Itambé Pernambuco: População, 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itambe/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ITAMBÉ, Prefeitura Municipal de. **Histórico do Município de Itambé**. 2021. Disponível em: <https://www.itambe.pe.gov.br/historia/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

LIVRO DE TOMBO. v. 1. Paróquia Nossa Senhora do Desterro. Diocese de Nazaré, Itambé: [s.n.] 1888-1918.

LIVRO DE TOMBO. v. 2. Paróquia Nossa Senhora do Desterro. Diocese de Nazaré, Itambé: [s.n.] 1918-1929.

LIVRO DE TOMBO. v. 3. Paróquia Nossa Senhora do Desterro. Diocese de Nazaré, Itambé: [s.n.] 1930-1936.

LIVRO DE TOMBO. v. 4. Paróquia Nossa Senhora do Desterro. Diocese de Nazaré, Itambé: [s.n.] 1937-1954.

M.D.F.V. A Pedido. **Era Nova**, Recife, ano 4, n. 64, p. 3, 28 dez. 1893. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=SECXIX>. Acesso em: 16 maio 2021.

MELLO, Padre Olympio. O Cura d’Ars do Brasil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3.140, seção 2, p. 19, 17 fev. 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=julio%20maria&pagfis=41791. Acesso em: 15 fev. 2021.

PARTIDO Conservador. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 61, n. 292, 21 dez. 1885. p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=julio%20de%20barr os&pagfis=1435915062. Acesso em: 22 mar. 2021.

PERNAMBUCO. Lei Provincial n. 1055, de 6 de junho de 1872. Transferência da sede da povoação de Nossa Senhora do Desterro para a Freguesia de Itambé e transferência da matriz daquela comunidade da capela do Desterro para igreja de Santo Antônio. **Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco**. v. 37. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1872. p. 21-22. Disponível em <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/volume-37>. Acesso em: 01.fev.2021.

PERNAMBUCO. Lei Provincial n. 1318, de 4 de fevereiro de 1879. Elevação da vila de Pedras de Fogo à categoria de cidade e mudança do nome de Pedras de Fogo para Itambé. **Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco**. v. 43. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1879. p. 8-9. Disponível em <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/volume-43>. Acesso em: 01.fev.2021.

PERNAMBUCO. Lei Provincial n. 720, de 20 de maio de 1867. Desanexação da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé da comarca de Goiana e formação de um novo termo e comarca com a denominação de Itambé. **Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco**. v. 32. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1867. p. 13-14. Disponível em <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/volume-32>. Acesso em: 01.fev.2021.

REVISTA Diária. Eleição Provincial. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 62, n. 2, 3 jan. 1886. p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=julio%20de%20barr os&pagfis=14430. Acesso em: 22 mar. 2021.

REVISTA Diária. Eleição Provincial. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 62, n. 35, 13 fev. 1886. p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=julio%20de%20barr os&pagfis=14694. Acesso em: 22 mar. 2021.

REVISTA Diária. Eleição Provincial. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 64, n. 2, 3 jan. 1888. p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=julio%20de%20barr os&pagfis=19229. Acesso em: 22 mar. 2021.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA Brasileira de Letras. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ALBUQUERQUE, Vanessa Pereira de. Pernambuco e os pernambucanos sob a perspectiva de Donato Barrucco. In: **Controcorrente**: Episódios da Presença Italiana em Pernambuco (1880-1930). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017. p. 71-81. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/7117/2/Vanessa%20Pereira%20de%20Albuquerque.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de. **Roteiro dos bispados do Brasil e dos seus respectivos bispos**: desde os primeiros tempos coloniaes até o presente. [S.l.]: Typographia Cearense, 1864. p.153-288. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=ZXwCAAAAYAAJ&pg=PA153&dq=Estev%C3%A3o+Brioso+de+Figueiredo&hl=ptbr&ei=ZQ8bTYb7O4OBlAf1m7T8Cw&sa=X&oi=book_result&ct=result&redir_esc=y#v=onepage&q=Estev%C3%A3o%20Brioso%20de%20Figueiredo&f=false. Acesso em: 15 jan. 2021.

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; VASCONCELOS, Ligia Rabelo Alves de. **Gente de Goyanna**: Descendência dos Casais João Joaquim da Cunha Rego Barros – Manoela de Castro Caldas (III Barões de Goiana) e José Ignácio Ferreira Rabello – Manoela Francisca Xavier da Cunha Coutinho. Olinda: Editora UFPE, 2002.

ALVES, Gilberto Luiz. O Seminário de Olinda. *In*: **500 anos de educação no Brasil**. LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 61-78.

ALVES, José E.; CAVENAGHI, Suzana; BARROS, Luiz F.; CARVALHO, Angelita A. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. *In*: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 29, n. 2, 2017. (p. 215-242). Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/9039>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ANDRADE, Maria do Carmo. Dom Vital. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 3 ago. 2005. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=242%3Adom-vital&catid=39%3Aletra-d&Itemid=1. Acesso em: 16 fev. 2021.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. **500 anos de catolicismo e sincretismo no Brasil**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

BERTANTE, Rafael de Souza. **Liga Católica Jesus, Maria, José**: Uma análise sobre o discurso do modelo de Família Cristã. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/9778/1/rafaeldesouzabertante.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & Abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 183-191.

BRASIL. Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade Federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, RJ, 11 mar. 1890. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=119-A&ano=1890&ato=fcf0TPB5ENrRVT1f2>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRION, Ioneide Maria Piffano. **As Filhas de Maria: uma História Social da Pia União**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-87320/as-filhas-de-maria--uma-historia-social-da-pia-uniao>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

BRUM, Argemiro J. A crise de Transição da Década de 1920. *In: O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 20 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. p. 169- 189. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/o-desenvolvimento-economico-brasileiro-argemiro-brum-pdf-free.html>. Acesso em: 27 maio 2021.

CÂMARA, Fernando. **A Arquidiocese do Rio de Janeiro e seus bispos**. Revista do Instituto do Ceará, ano 123. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2009. p. 25-40. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/02_Art_AArquidiocese.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

CÂMARA, Fernando. **O Tricentenário da Diocese de Pernambuco**. Revista do Instituto do Ceará, ano 90. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1976. p. 136-152. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1976/1976-TricentenarioDiocesePernambuco.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CARVALHO, Neuza Guerreiro de. Preços de Antigamente em São Paulo. **São Paulo minha cidade: Leia as História**. São Paulo. 14 dez. 2005. Disponível em: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/257/Precos%2Bde%2BAntigamente%2Bem%2BSao%2BPaulo>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CASTRO, Fernando **Pedreira de. Dom Frei Maria Gonçalves de Oliveira**. 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Santa Cruz Editora e Livraria, 2016.

CDC – **Código de Direito Canônico**. Promulgado por S.S. o Papa João Paulo II. Versão Portuguesa. 4. ed. rev. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa. Braga: Editorial Apostolado da Oração. 1983. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. **As Capitânicas de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)**. 2017. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Departamento de História - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1928.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CIC – **Catecismo da Igreja Católica**. 9. ed. Revisada de acordo com o texto oficial em Latim. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Freguezia de Nossa Senhora do Desterro do També. *In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. 1918. v. 40. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1923. p. 25. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1918_00040.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Manoel Arruda da Câmara. Rio de Janeiro: **Biblioteca Nacional Digital**. 2021. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/manuel-arruda-da-camara/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GASPAR, Lúcia. Barbosa Lima (Alexandre José). **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 15.jul. 2003. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=476. Acesso em: 12 maio 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geociências**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LACERDA, Stella. **Traços da vida do monsenhor Júlio Maria do Rêgo Barros**. Prefácio de José Lins do Rego. Apresentação do frei Romeu Pérea. [S.l.], 1956.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Prefácio Jacques Revel. Tradução: Cyntia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: **Usos & abusos da história oral**. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.167-182.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção História e Historiografia)

MANUAL da Pia União das Filhas de Maria.12. ed. São Paulo: Federação Mariana Feminina da Arquidiocese de São Paulo, 1961.

MELLO, Evaldo Cabral de. O Fim das Casas-grandes. *In*: **História da Vida Privada no Brasil**: Império: a corte e modernidade nacional. v. 2. 9ª reimpressão. Coord. Fernando A. Novaes. Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 385-437.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

PIO, Fernando. **Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano (1535 – 1935)**. vol. 1, de A a L. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. p. 109-110.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. 2005. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em: 14 maio 2021.

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROVER, Ardinete; MELLO, Regina Oneda. **Normas da ABNT**: orientações para a produção científica. 1.ed. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020.

SANTOS, Lucicleide dos; PONTES, Marta Marinho de; MACHADO, Sandra de Fátima Borges; MACIEL, Meriluce Pereira; BARROS, Vânia Batista. **Monsenhor Júlio Maria: um resgate histórico de Itambé – PE (1856 a 1942)**. Monografia (Especialização em Programa de Ensino de História do Brasil) – Autarquia Municipal do Ensino Superior de Goiana – Faculdade de Formação de Professores de Goiana, Goiana, 2000.

SILVA DE MOURA, C. A.; DE ANDRADE CABRAL, N. D. (2020). **Reorganização eclesiástica em Pernambuco**: o processo de formação das Dioceses de Garanhuns, Nazaré e Pesqueira (1910-1918). *Revista Brasileira De História Das Religiões*, ano 13, n. 38. Set/dez. 2020. p. 145-163. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/50609/751375150685>. Acesso em: 6 mar. 2021.

SILVA, Vágner Hugo Calzans. **A Reorganização Eclesiástica em Pernambuco: A Instauração da Diocese de Nazareth e o episcopado de Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela (1919-1946)**. In: *Simpósio Catolicismos Transnacionais nos Séculos XIX e XX. 13º Encontro Estadual de História. História e Mídias: Narrativas em Disputa*. [online], Recife: UFRPE, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1601503690_ARQUIVO_2172fd2c77493b0f99b9000686107749.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

SOUZA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um Farol**: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917). São Cristóvão: Editora UFS: Aracajú: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SSVP – Associação São Vicente de Paulo. **A Sociedade de São Vicente de Paulo**. Disponível em: <https://ssvpbrasil.org.br/a-ssvp/>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do catolicismo no Brasil (1500-1889)**. vol. 1. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2016.

VIEIRA, Jair de Almeida. Visconde de Tabatinga Domingos Francisco de Sousa Leão. **Genea Minas**. 2021. Disponível em: <http://geneaminas1.tempsite.ws/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1438246>. Acesso em: 17 abr. 2021.

APÊNDICE A – Ruínas da antiga Capela de Nossa Senhora do Desterro



Fonte: A autoria própria (2018).

APÊNDICE B – Monumento Cruzeiro, abençoado pelo padre Júlio Maria em 1897



Fonte: Autoria própria (2021).

ANEXO A – Hospital São Vicente de Paulo



Fonte: LACERDA, Stella. Vista da fachada do Hospital São Vicente de Paulo. **Traços da vida do monsenhor Júlio Maria do Rêgo Barros**. Prefácio de José Lins do Rego. Apresentação do frei Romeu Pérea. [S.l.], 1956. II. P&b. p. 32.

ANEXO B – Monsenhor Júlio Maria em sua residência



Fonte: LACERDA, Stella. Monsenhor Júlio Maria em sua residência. **Traços da vida do monsenhor Júlio Maria do Rêgo Barros.** Prefácio de José Lins do Rego. Apresentação do frei Romeu Pérea. [S.l.], 1956. II. P&b. p. 3.

ANEXO C – Monsenhor Júlio Maria junto aos fiéis.



Fonte: FACEBOOK. Mons. Júlio Maria do Rêgo Barros – Eterno Vigário de (També). **Paróquia Nossa Senhora do Desterro/ Itambé-PE**. 1 fotografia. P&b. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/paroquianossasenhoraodesterroitambepe/photos/a.465819390167726/818319451584383>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ANEXO D – Monumento de Jesus Redentor em Itambé PE



Fonte: ALGOMAI, Revista. Fotografia do monumento Jesus Redentor por Benício Dias (193-). 8 monumentos em fotos de antigamente. **Revista Algomais**. 1 fotografia. P&b, Recife, 2018. Disponível em: <https://revista.algomais.com/cultura/pernambuco-antigamente/8-monumentos-em-fotos-de-antigamente>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ANEXO E – Monumento em honra à Imaculada Conceição de Maria em Itambé PE



Fonte: FALCETTI, Sergio, Itambé - Monumento a Nossa Senhora Imaculada Conceição. **Viajando todo o Brasil**. 1 fotografia. color, 2012. Disponível em: <http://viajandotodoobrasil.com.br/itambe/>. Acesso em: 08 mar. 2021.